



nucleos

Instituto de Seguridade Social

Relatório Anual da Diretoria Executiva Exercício de 2005






Rua Rodrigo Silva, 26 / 15º andar
Cep: 20011-040 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3970-3682
www.nucleos.com.br



Índice

4	Administração
5	Apresentação
7	Fatos Marcantes do Ano
10	Programa Previdencial
15	Programa Assistencial
21	Programa de Investimentos
31	Balanço e Demonstrações
35	Notas Explicativas
53	Pareceres
61	Demonstração por Plano



Administração

Conselho Deliberativo

Efetivos

Norman Victor Walter Hime
Presidente - ELETRONUCLEAR

Paulo Roberto Ribeiro Barbosa
INB

Márcio Ferraz
NUCLEP

Martinho Duarte Filho
Representante Eleito dos Participantes

Neildo de Souza Jorge
Representante Eleito dos Participantes

André Luiz Fernandes de Almeida
Representante Eleito dos Participantes

Suplentes

Armindo D'Ascensão Silva
ELETRONUCLEAR

Nelson Ramos Nogueira Filho
INB

Maria Aparecida da Silva
NUCLEP

Maria Cristina Gomes
Representante Eleita dos Participantes

Romar Batista Bonifácio
Representante Eleito dos Participantes

Devani Corrêa
Representante Eleita dos Participantes

Conselho Fiscal

Efetivos

Judson Wilian Monteiro de Souza
Presidente - Representante Eleito dos Participantes

Clezio dos Santos Oliveira
NUCLEP

Jair Nunes Almas
INB

Mônica Regina da Costa Fernandes
Representante Eleita dos Participantes

Suplentes

Paulo Romar Carril
Representante Eleito dos Participantes

Claudionor Alves Teixeira
NUCLEP

Paulo César da Rocha Dantas
INB

Diretoria Executiva

José Raphael O. da Silva
Diretor de Benefícios (interino)

Marcos da Rocha Elias
Presidente

José Raphael O. da Silva
Diretor Financeiro

Observação: os diretores participam, como membros efetivos, do Comitê Consultivo de Investimentos.

Comitê Consultivo de Investimentos

Luiz Henrique Finkel
Representante dos Participantes e Assistidos

Luiz Cláudio Levy Cardoso
Representante dos Participantes e Assistidos

Mario Jorge de Lima Soares
Representante do Conselho Deliberativo

Martinho Duarte Filho
Representante do Conselho Deliberativo

Neildo de Souza Jorge
Representante do Conselho Deliberativo

Marcio Ferraz
Representante do Conselho Deliberativo

Apresentação

A Diretoria Executiva do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social vem apresentar aos participantes, assistidos e seus respectivos beneficiários e às suas empresas patrocinadoras o Relatório Anual, o Balanço Patrimonial e os Demonstrativos Financeiros, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, acompanhados dos pareceres dos auditores independentes, do atuário, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

O NUCLEOS, constituído em 22/12/78 e tendo o dia 01/09/79 como a data que marca o início de sua operação, é uma entidade fechada de previdência complementar e tem como patrocinadoras, além do próprio Instituto, as seguintes empresas: INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. – INB; ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. – ELETRONUCLEAR e NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. – NUCLEP.

O ano de 2005 revelou-se de turbulência ímpar para o NUCLEOS, a ponto de o Conselho Deliberativo, em função de ocorrências verificadas nos investimentos do Instituto e passadas a limpo ao longo dos dois primeiros quadrimestres do ano, ver-se compelido a

tomar medidas de caráter saneador, que culminaram com a substituição, em agosto, de toda a Diretoria Executiva.

Foi nesse contexto de questões político-econômico-administrativas que a nova diretoria do NUCLEOS tomou posse, interinamente em 31/08/2005 e, de forma definitiva em 14/09/2005, com a missão primordial de dar novos rumos à entidade, através de uma administração profissional, participativa e transparente.

Em face dessa situação específica pela qual passou o NUCLEOS em 2005, este relatório se reveste de característica extremamente importante: dar conhecimento a todos os interessados, de forma clara e precisa, dos fatos marcantes que permearam decisões, algumas vezes difíceis, mas sempre no intuito maior de fazer do Instituto uma organização na qual seus participantes e patrocinadoras possam confiar.

Assim é que, antes da apresentação dos resultados alcançados nos Programas Previdenciário, de Investimentos e Assistencial, torna-se necessário e importante o conhecimento dos fatos, das circunstâncias em que ocorreram e as respectivas conseqüências no histórico do NUCLEOS em 2005. ■





Fatos Marcantes do Ano

Auditoria das Patrocinadoras

Fundamentada na legislação que rege o funcionamento das entidades fechadas de previdência complementar, as empresas Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, na qualidade de patrocinadoras do NUCLEOS, realizaram processo de auditoria no Instituto com o objetivo de avaliar os controles internos e a gestão exercida sobre os investimentos, a concessão de benefícios, o custo administrativo, as dívidas das patrocinadoras INB e NUCLEP e atos de gestão, referente aos anos de 2001 a 2004.

Concluído em julho/2005, os principais

pontos levantados pelo trabalho dos auditores concentraram-se nos investimentos, dos quais destacam-se:

- elevada concentração (aproximadamente 64%) dos valores da carteira terceirizada em apenas dois bancos: WestLB e Industrial;
- decisões equivocadas na escolha de gestores e alocação de recursos;
- operação de hedge sem embasamento técnico registrado no NUCLEOS, que resultou num desembolso de R\$ 7,1 milhões;
- participação no fundo de cotas da CRT em percentual superior ao estabelecido na Resolução CMN nº 3.121, de 25/09/2003;
- indícios de favorecimento a bancos.

Auditoria da SPC - Secretaria de Previdência Complementar

Iniciada em maio/2005, estabelecida para comprovar a aplicação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, a SPC concluiu suas atividades em setembro/2005. Apesar de o NUCLEOS não ter tido conhecimento do relatório final da auditoria realizada, pode ser apontada como consequência direta dos seus trabalhos a emissão de vários autos de infração, todos emitidos após o encerramento da mesma, por motivos variados, dentre os quais podem ser destacados:

- investimentos no Banco Santos;
- desrespeito à Política de Investimentos;
- operações com opções flexíveis, sem a existência prévia de procedimentos de controle e

de avaliação de risco de mercado e dos demais riscos inerentes às operações para esse tipo de derivativo;

- aquisição de 100% do Fundo de Participação na CRT, em desrespeito às normas legais que limitam tal tipo de investimento;
- aplicação em títulos públicos, no qual a SPC afirma *“A contumácia de compras efetuadas pelo preço máximo, representando um acréscimo que oscila entre 3% e 28% sobre o preço mínimo praticado no dia, além de vendas efetuadas pelo preço mínimo, ou mesmo abaixo deste, mostra que os negócios foram conduzidos com o intuito de prejudicar o NUCLEOS”*.

Mudanças na Diretoria Executiva

Em abril, em face da renúncia do então Presidente do NUCLEOS para assumir a presidência da ELETRONUCLEAR, o Diretor de Benefícios passou a exercer interina e cumulativamente a função de Presidente.

Com a conclusão da auditoria realizada pelas patrocinadoras, o Conselho Deliberativo, em agosto, determina que a Diretoria Executiva corrija todas as não-conformidades e impropriedades. Entretanto, em 31 de agosto, diante das renúncias apresentadas pelos ocupantes dos cargos de Presidente interino e Diretor Financeiro, o Conselho Deliberativo destituiu o ocupante do cargo de Diretor de Benefícios e designa os senhores Marcos da Rocha Elias e José Raphael Oliveira da Silva para exercerem interinamente os cargos vagos.

Os novos diretores, 12 dias após assumirem seus cargos, apresentam ao Conselho um relatório contendo um diagnóstico da situação, onde são destaque:

- a alta concentração (35% do programa de investimentos) em títulos públicos, em negociações realizadas entre jan/04 e jul/05, com vencimentos em 2024, 2031 e 2045, marcados no vencimento, sem estudos técnicos de passivo, em desrespeito à Política de Investimentos aprovada pela própria Diretoria Executiva anterior e pelo Conselho Deliberativo, com aparente ágio em relação aos valores praticados no mercado;
- a alta concentração (20% do progra-

ma de investimento) em debêntures de pouca expressão no mercado financeiro;

- uma Carteira de Investimentos em Renda Variável desalinhada com o benchmark (meta mínima de rentabilidade, estabelecida gerencialmente, a ser obtida pelo investimento).

Em seqüência, como parte integrante do relatório de diagnóstico, a nova diretoria recomenda as seguintes medidas imediatas para corrigir as distorções levantadas:

Os novos Diretores, apresentam ao Conselho um relatório onde fazem um diagnóstico da situação.

- redistribuir os ativos dos fundos quando da troca de todos os gestores, visando a uma melhor rentabilidade com administração discricionária;
- acompanhar a performance dos fundos para atender às metas estabelecidas, através de reunião periódica com os novos gestores a fim de avaliar a performance atual e dirimir futuros posicionamentos;
- realizar alteração nos regulamentos dos fundos visando minimizar riscos e atingir metas estabelecidas na Polí-

tica de Investimentos 2005;

- aplicar os critérios de seleção de instituições que atendam ao NUCLEOS de forma transparente e eficiente;
- regulamentar limite de forma a aumentar o grau de liquidez;
- reduzir custos com negociação das taxas de administração e diminuição de recursos da gestão compartilhada;
- controlar e fiscalizar o conjunto de operações, para obter melhor transparência e alcance das metas;
- definir o perfil de todos os fundos, de acordo com as metas previstas;
 - “blindar” os fundos visando o seu enquadramento ao perfil preestabelecido, através de alteração da regulamentação;
 - transferir as debêntures para carteira própria com o intuito de reduzir a despesa administrativa;
 - reativar o Comitê Consultivo de Investimentos – CCI, com uma nova regulamentação;
 - avaliar as debêntures e as ações por empresa especializada.

Ainda durante o mês de setembro, mais precisamente no dia 14, o

Conselho Deliberativo nomeia em definitivo a nova Diretoria Executiva do NUCLEOS, ficando o Sr. Marcos da Rocha Elias como Presidente e o Sr. José Raphael Oliveira da Silva como Diretor Financeiro, este último acumulando interinamente a função de Diretor de Benefícios, bem como escolhe o Sr. Norman Victor Walter Hime, pertencente aos quadros da patrocinadora Eleletróbrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, para presidir o colegiado.

Principais Atos de Gestão da nova Diretoria Executiva

Empossada em caráter definitivo, a nova Diretoria Executiva, tendo por base a auditoria realizada pelas patrocinadoras e seu próprio diagnóstico da situação do NUCLEOS, toma as medidas imediatas seguintes:

- substituir os gestores dos fundos (bancos), que ainda não tinham sido substituídos à época;
- proibir que os gestores dos fundos efetuem qualquer operação que tenham como contraparte todas as corretoras investigadas pela CPMI;
- proibir os gestores dos fundos, que ainda não tinham sido substituídos à época, de executar qualquer operação financeira, seja de compra ou venda de qualquer tipo de ativo;
- liberar o acesso aos membros do Conselho Deliberativo e Comitê Consultivo de Investimentos, através de

senha pessoal, para consulta diária à composição dos fundos exclusivos;

- cadastrar o NUCLEOS no CETIPNET visando à realização de operações de compra e venda de ativos através de plataforma eletrônica, proporcionando registro imediato e transparência às operações realizadas;

- contratar a empresa KPMG para auditar as aquisições de títulos públicos federais de longo prazo, feitas entre 2004 e 2005, com vencimentos em 2024, 2031 e 2045, sem estudos técnicos de passivo, em desrespeito à Política de Investimentos de 2005, cujo relatório final apresentou as seguintes conclusões:

- no cenário mais pessimista, as operações auditadas representaram para o NUCLEOS um custo de aquisição excedente de R\$ 22,7 milhões;
- em todos os cenários estudados,

o NUCLEOS incorreu no pagamento de títulos públicos acima do valor médio e mínimo do mercado, o que resultou em um prejuízo no ato da aquisição;

- a maioria das transações foi realizada através das corretoras Euro DTVM S.A. (31% das transações) e Quantia DTVM Ltda. (47% das transações), representando, somadas, 78% do total de compras de títulos;

- Em face dos resultados apurados em relação às operações com Títulos Públicos, contratar a empresa KPMG para auditar aquisições de debêntures e certificados a termos de energia elétrica, realizadas entre 2003 e 2005, que alcançaram um total de R\$ 152,7 milhões, sendo R\$ 146,4 milhões em debêntures e R\$ 6,3 milhões em CTEE.

Medidas Legais

a) Em face do despacho do juízo onde tramita o processo de cobrança da dívida da NUCLEP, proferido em 21/03/2005, mandando arquivá-lo até pronunciamento das partes, o NUCLEOS, em 27 de setembro, solicitou o desarquivamento do referido processo e que lhe fosse dado seguimento normal, no que foi atendido;

b) em 4 de outubro foi protocolizada, junto à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, representação contra os dirigentes das patrocinadoras INB e NUCLEP, pelo não equacionamento da dívida que cada uma delas tem para com o NUCLEOS;

c) em 7 de novembro, cumprindo a legislação e com base em todos os levantamentos efetuados, em especial o relatório da KPMG, que apon-

tava, até o momento, um prejuízo de até R\$ 22,7 milhões, somente com as operações realizadas com títulos públicos, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo resolveram adotar as seguintes providências:

- encaminhar o relatório da KPMG ao advogado externo do NUCLEOS visando a propositura de ação judicial contra os ex-dirigentes Paulo Roberto Almeida Figueiredo, Gildasio Amado Filho e Abel de Almeida, assim como contra a ex-gerente financeira Fabianna Carneiro Carnaval Castro, para o ressarcimento ao Instituto dos prejuízos constatados;

- encaminhar o relatório da KPMG à SPC, para que a mesma promovesse as medidas cabíveis, no âmbito governamental;

- encaminhar o Relatório da KPMG às patrocinadoras ELETRONUCLEAR e

INB para que as mesmas promovessem as medidas administrativas internas que julgassem cabíveis, no âmbito disciplinar, em relação aos seus funcionários de carreira;

- encaminhar o relatório da KPMG para ciência da patrocinadora NUCLEP e do Conselho Fiscal do NUCLEOS;

d) em 25 de novembro, seguindo a orientação do escritório de advocacia especialmente contratado para cuidar do assunto, em razão da efetiva constatação da aquisição com ágio de títulos públicos federais de longo prazo, a atual Diretoria Executiva do NUCLEOS ingressa, na 22ª Vara Federal, com uma medida cautelar visando essencialmente a produção antecipada de provas para o processo de responsabilização dos ex-dirigentes. ■

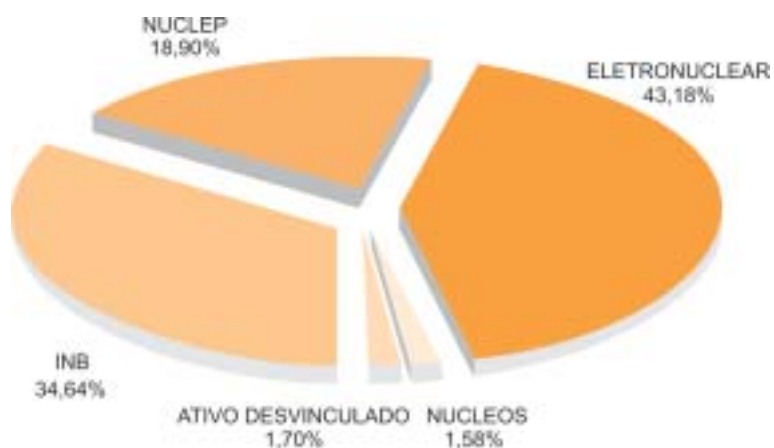
Programa Previdencial

A análise do encerramento do exercício de 2005 revelou um aumento do número de participantes em relação a dezembro de 2004, da ordem de 1,06%, resultante, principalmente, das contratações efetivadas pelas patrocinadoras ELETRONUCLEAR e NUCLEP.

Quadro 1 - Frequência de Participantes Ativos por Patrocinadora

PATROCINADORAS						
MÊS/ ANO	INB	NUCLEP	ELETRONUCLEAR	NUCLEOS	ATIVO DESVINCULADO	TOTAL
DEZ/04	859	460	1048	39	39	2.445
DEZ/05	856	467	1067	39	42	2.471

Fig.1 - Distribuição dos Participantes por Patrocinadora



Hoje existem 2.471 participantes ativos, sendo 42 ativos desvinculados, que representam aqueles que se desligaram das patrocinadoras e mantiveram a condição de participantes do NUCLEOS. Atualmente, o nível de adesão é de 89,76% em relação ao total de empregados das patrocinadoras, conforme demonstrado na Fig. 1 e Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Percentual de Adesão ao Plano

TIPO	INB	ELETRONUCLEAR	NUCLEP	NUCLEOS	TOTAL
Participantes	856	1.067	467	39	2.429
	89,92%	92,54%	83,10%	100%	89,76%
Empregados*	952	1.153	562	39	2.706

* No nº total de empregados da ELETRONUCLEAR estão excluídos os empregados originários de FURNAS.

Comparada à média da quantidade de benefícios pagos nos dois últimos anos, o número de participantes assistidos cresceu 4,40% em relação a 2004, conforme pode ser observado nos Quadros 3 e 4 e na Fig. 2 abaixo:

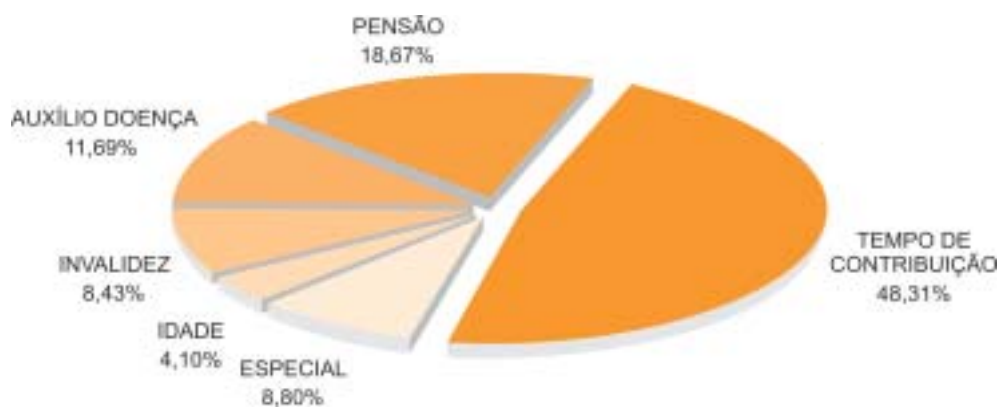
Quadro 3 - Distribuição de Freqüência da Massa Assistida

MÉDIA ANO	TIPO DE BENEFÍCIO						TOTAL
	APOSENTADORIA				AUXÍLIO DOENÇA	PENSÃO	
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	ESPECIAL	IDADE	INVALIDEZ			
2004	399	73	34	57	93	139	795
2005	401	73	34	70	97	155	830

Quadro 4 - Variação Percentual da Massa Assistida

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	APOSENTADORIA			AUXÍLIO DOENÇA	PENSÃO	TOTAL
	ESPECIAL	IDADE	INVALIDEZ			
0,50%	0,00%	0,00%	22,81%	4,30%	11,51%	4,40%

Fig. 2 - Massa Assistida



A seguir são apresentados, nos quadros 5 e 6, a média mensal e o valor total pago em 2005 referentes a cada tipo de benefício, separado por patrocinadora de origem do participante beneficiário.

Quadro 5 - Despesa Média Mensal com Benefícios por Tipo de Benefício

(Valores expressos em Reais)

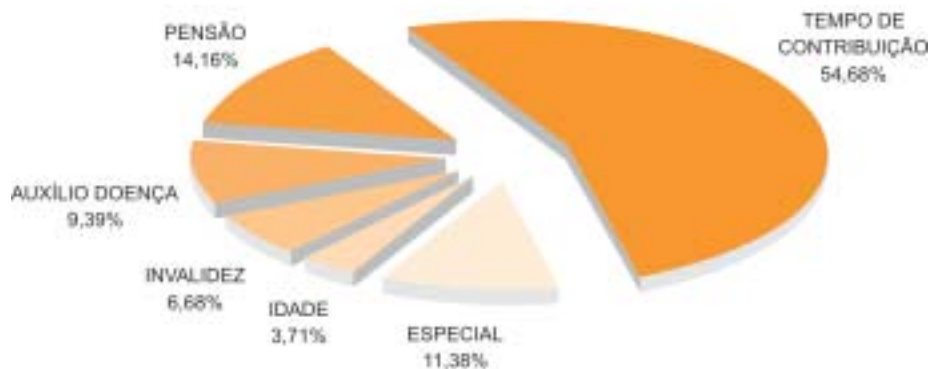
EMPRESA	APOSENTADORIA				AUXÍLIO DOENÇA	PENSÃO	TOTAL
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	ESPECIAL	IDADE	INVALIDEZ			
INB	301.929,16	81.947,84	28.706,14	47.966,63	36.820,25	101.675,19	599.045,21
ELETRONUCLEAR	311.290,39	45.614,38	14.092,22	20.326,63	48.728,84	48.901,59	488.953,85
NUCLEP	54.372,58	14.380,88	3.091,98	14.971,81	31.179,21	24.688,37	142.684,63
NUCLEOS	14.208,80	-	399,28	-	381,83	1.273,42	16.263,13
TOTAL	681.800,93	141.942,90	46.289,62	63.265,07	117.109,73	176.538,57	1.246.946,82

Quadro 6 - Despesa Anual com Benefícios por Tipo de Benefício

(Valores expressos em Reais)

EMPRESA	APOSENTADORIA				AUXÍLIO DOENÇA	PENSÃO	TOTAL
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	ESPECIAL	IDADE	INVALIDEZ			
INB	3.623.149,87	983.374,04	344.473,63	575.599,54	441.843,03	1.220.102,33	7.188.542,44
ELETRONUCLEAR	3.735.484,66	547.372,51	189.106,68	243.919,57	584.743,67	586.819,06	5.867.446,15
NUCLEP	652.470,91	172.588,18	37.103,73	179.661,88	374.150,51	296.260,45	1.712.215,42
NUCLEOS	170.505,58	-	4.791,37	-	4.579,59	15.281,05	195.157,59
TOTAL	8.181.611,02	1.703.354,71	555.475,41	999.180,77	1.405.316,80	2.118.462,89	14.963.361,60

Fig. 3 - Despesas com Benefícios



As suplementações mantidas pelo Instituto, de acordo com o disposto no artigo 17 do Plano Básico de Benefícios - PBB, são reajustadas nas mesmas épocas e proporções dos benefícios garantidos pela Previdência Social. Em maio de 2005 as suplementações foram reajustadas em 6,355%.

As receitas previdenciais estão representadas pelo valor nominal das contribuições oriundas das patrocinadoras e dos participantes do NUCLEOS, as quais são destinadas à formação de reservas e de fundos técnicos necessários ao pagamento de benefícios.

Quadro 7 - Receita Média Mensal com Contribuições

(Valores expressos em Reais)

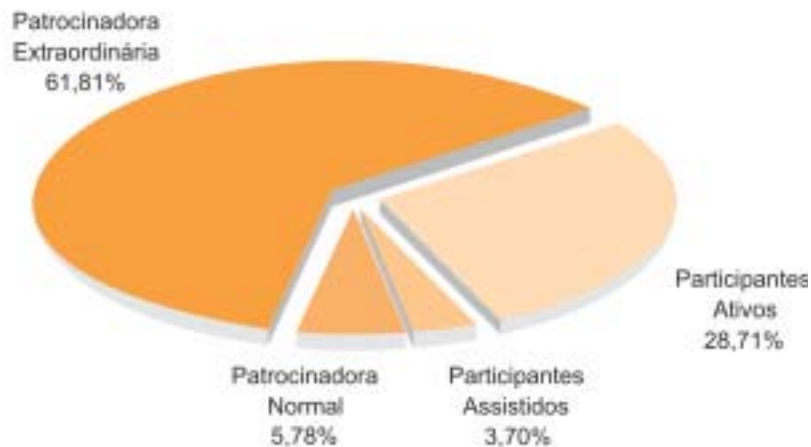
PATROCINADORA	ORIGEM DA CONTRIBUIÇÃO						TOTAL GERAL
	PATROCINADORAS			PARTICIPANTES			
	NORMAL	EXTRAORDINÁRIA	TOTAL	ATIVOS	ASSISTIDOS	TOTAL	
INB	20.044,68	278.592,04	304.636,72	120.013,14			
ELETRONUCLEAR	47.717,25	510.105,83	557.823,08	239.777,13			
NUCLEP	12.857,25	137.530,32	150.387,58	61.739,50	55.956,74	490.362,47	1.512.893,20
NUCLEOS	827,87	8.855,40	9.683,36	2.704,13			
ATIVOS DESAMOLADOS	-	-	-	10.171,80			
TOTAL	87.447,04	905.083,69	1.022.530,73	434.405,73	55.956,74	490.362,47	1.512.893,20

Quadro 8 - Receita Anual com Contribuições

(Valores expressos em Reais)

PATROCINADORA	ORIGEM DA CONTRIBUIÇÃO						TOTAL GERAL
	PATROCINADORAS			PARTICIPANTES			
	NORMAL	EXTRAORDINÁRIA	TOTAL	ATIVOS	ASSISTIDOS	TOTAL	
INB	338.580,80	3.521.666,50	3.960.277,30	1.560.170,76			
ELETRONUCLEAR	620.324,21	6.631.375,81	7.251.700,02	3.117.102,72			
NUCLEP	167.144,27	1.787.804,21	1.955.038,48	802.613,48	727.434,83	6.374.715,12	19.667.611,62
NUCLEOS	10.762,29	115.121,41	125.883,70	35.153,72			
ATIVOS DESAMOLADOS	-	-	-	132.233,83			
TOTAL	1.136.811,57	12.168.067,93	13.289.899,50	5.647.274,49	727.434,83	6.374.715,12	19.667.611,62

Fig. 4 - Distribuição das Contribuições



As despesas previdenciais do NUCLEOS representam o necessário atendimento aos compromissos firmados junto aos seus participantes. Nos quadros apresentados anteriormente percebe-se que essas despesas no ano de 2005, incluindo abonos, foram de R\$ 14.963.361,60 (Quadro 6), inferior à receita com contribuições das patrocinadoras e participantes (ativos e assistidos), que foi de R\$ 19.667.611,62 (Quadro 8).

Quadro 9 - Receita de Contribuições vs Despesa com Benefícios

(Valores expressos em Reais)

	2001	2002	2003	2004	2005
Receita de Contribuições	10.752.508,17	12.376.720,32	14.806.903,64	17.136.284,65	19.667.611,62
Despesa com Benefícios	7.880.512,96	8.784.422,16	11.075.622,45	12.902.807,30	14.963.361,60
Relação Despesa/Receita	73,29%	70,98%	74,80%	75,30%	76,08%

Por outro lado, observando o Quadro 9 acima, é facilmente constatado que a despesa com benefícios, que em 2001 foi de R\$ 7.880.512,96, alcançando a cifra de R\$ 14.963.361,60 em 2005, sofreu um acréscimo da ordem de 89%. Em contrapartida, a receita de contribuições teve um acréscimo de 83%, passando de R\$ 10.752.508,17 (2001) para R\$ 19.667.611,62 (2005), denotando uma velocidade de crescimento da receita de contribuições inferior à da despesa com benefícios.

Além disso, observando a relação entre a despesa com benefícios e a receita de contribuições, fica evidente que há uma tendência de crescimento na utilização das receitas com pagamento de benefícios (Fig. 5), demonstrando que o plano caminha para sua maturidade, o que deve exigir do NUCLEOS o constante monitoramento deste indicador e os cuidados necessários com a gestão dos recursos disponíveis para investimento, de forma a manter sob controle o equilíbrio entre receitas e despesas.

Fig. 5 - Despesa Benefícios vs Receita Contribuições



Programa Assistencial

NUCLEOS-SAÚDE

O NUCLEOS-SAÚDE é um programa de natureza assistencial, devidamente registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, destinado a cobrir despesas médico-hospitalares realizadas pelos participantes do NUCLEOS e seus respectivos dependentes e agregados, que optaram pela contratação dos benefícios oferecidos pelo programa, obedecendo as normas e as tabelas adotadas, em consonância ao regulamento do plano contratado.

O NUCLEOS-SAÚDE é responsável pela operação dos planos NUCLEOS-SAÚDE I e NUCLEOS-SAÚDE II, dando cobertura aos seus usuários através das seguintes segmentações: hospitalar com obstetrícia, com acomodação em enfermaria ou quarto; ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, também com acomodação em enfermaria ou quarto.

NUCLEOS-SAÚDE I

Quando o NUCLEOS-SAÚDE I foi criado, em 1997, sua meta era proporcionar assistência à saúde com qualidade a preços acessíveis, por se tratar de um plano de autogestão sem fins lucrativos. Contava-se, à época, com as condições que permitiam a manutenção dessa combinação, visto existir a chamada "oxigenação", motivada por um fluxo constante de entrada de novos usuários, geralmente mais jovens, garantindo o necessário equilíbrio financeiro.

Em face dessas condições favoráveis, aliada a um número menor de usuários que efetivamente utilizavam os serviços credenciados, o NUCLEOS-SAÚDE I passou a apresentar superávits sucessivos, chegando a acumular, ao final de cinco anos de existência, cerca de R\$ 1,1 milhão de reserva monetária, o que sustentou a decisão de não se proceder a reajuste nas mensalidades.

Por outro lado, a Lei nº 9.656, de 03/06/1998, ao mesmo tempo em que determinou padrões de conduta que ajudaram a organizar o segmento de assistência à saúde, acabou por pressionar os custos do NUCLEOS-SAÚDE I, uma vez que os planos concebidos anteriormente a sua promulgação foram proibidos de serem



comercializados, impedindo a entrada de novos usuários, concentrando o grupo remanescente nas faixas etárias mais elevadas, justamente naquelas que acarretam maiores gastos para o plano, levando-o a entrar num processo de auto-extinção.

As dificuldades impostas pelo Governo não foram o único problema enfrentado pelo NUCLEOS-SAÚDE I. O próprio segmento de saúde contribuiu para tornar ainda mais desfavorável a conjuntura que há anos vinha garantindo sua continuidade através de seus propósitos e ideais. Os aumentos significativos ocorridos nos preços de produtos e serviços da área médica determinaram uma elevação considerável das despesas dos planos de saúde.

Cabe também lembrar que uma nova geração de exames, medicamentos e equipamentos, agora disponíveis, tais como a tomografia computadorizada, ressonância magnética e métodos intervencionistas com a utilização de materiais de alto custo, agregados às pressões da indústria e do próprio consumidor que, em muitos casos, acaba sendo influenciado pela mídia a buscar um diferencial no atendimento, com a promessa de trazer uma maior segurança não só para o paciente quanto para o médico que profere o diagnóstico, culminaram na majoração desenfreada dos custos médicos.

Tal panorama, que levava o plano à insolvência, fez com que o NUCLEOS, numa atitude emergencial e através da aplicação dos dispositivos assegurados no regulamento do NUCLEOS-SAÚDE I, instituisse uma

cota extra, a fim de assegurar o equilíbrio financeiro e a consequente continuidade do programa.

Embora traumática, a abordagem adotada permitiu, ao longo do exercício de 2005, a recomposição de parte do fundo de oscilação e risco, bem como sanar uma parcela da dívida contraída em exercícios passados,

A despesa total do Nucleos Saúde registrada contabilmente no encerramento do exercício atingiu o montante de R\$ 2,78 milhões.

reduzindo-a de R\$ 660 mil, em novembro de 2004, para aproximados R\$ 300 mil, em dezembro de 2005.

Embora os últimos resultados tenham sido satisfatórios, é importante lembrar que ainda existe um longo caminho a ser percorrido até que se possa alcançar a meta traçada, que prevê para maio de 2006 a composição do fundo de oscilação de R\$ 500 mil e a quitação de todas as dívidas contraídas junto aos prestadores de serviços do plano.

NUCLEOS-SAÚDE II

O NUCLEOS-SAÚDE II, plano enquadrado na Lei nº 9.656, de 1998, foi criado em 01/08/2001 para suprir a demanda dos participantes que por conta do advento desta legislação ficaram proibidos de ingressar no plano

NUCLEOS-SAÚDE I. Até o exercício de 2004 o NUCLEOS-SAÚDE II vinha apresentando uma situação equilibrada, contudo preocupante, tendo em vista o número reduzido de usuários e a crescente demanda observada por serviços e procedimentos de alta complexidade.

Sendo o NUCLEOS-SAÚDE II totalmente adaptado à legislação vigente, tem-se obedecido aos critérios estipulados pela ANS para reajuste das mensalidades, tendo sido aplicado o índice de reajuste de 11,69%, a partir do mês de agosto de 2005, conforme a data de aniversário dos contratos.

Embora preocupante, as oscilações financeiras ocorridas entre a criação do plano em 2001 e o ano de 2004 não chegaram a acarretar a necessidade de adoção de medidas corretivas mais rigorosas. Contudo, em face do resultado atingido no exercício de 2005, o NUCLEOS-SAÚDE II provavelmente deverá, ao longo do próximo exercício, sofrer intervenções no sentido de preservar a sua saúde financeira, sobretudo, a capacidade de garantir os benefícios contratados pelos usuários do plano.

PANORAMA DO NUCLEOS-SAÚDE I e II

A despesa total do NUCLEOS-SAÚDE registrada contabilmente no encerramento do exercício atingiu o montante de R\$ 2,78 milhões, representando um aumento de aproximadamente 18,2% em relação ao ano de 2004. A receita apurada no fechamento do exercício foi de R\$ 2,96 milhões, resultando em um superávit de aproximadamente R\$ 180 mil. ■

Distribuição de Usuários

Entre ativos, assistidos, dependentes e agregados, o NUCLEOS-SAÚDE encerrou o exercício com **2.392** usuários. Este número representa uma redução da ordem de **1,03%** em relação ao exercício anterior. No Quadro 10 abaixo, é apresentada a distribuição de usuários por plano e categoria:

Quadro 10 - Distribuição de Usuários por Categoria / Plano

ATIVOS	TITULAR	DEPENDENTE	AGREGADO	TOTAL
NS I	264	265	161	690
NS II	486	628	119	1233
TOTAL	750	893	280	1923

ASSISTIDOS	TITULAR	DEPENDENTE	AGREGADO	TOTAL
NS I	192	154	64	410
NS II	19	23	8	50
TOTAL	211	177	72	460

DESVINCULADOS	TITULAR	DEPENDENTE	AGREGADO	TOTAL
NS I	4	0	3	7
NS II	1	1	0	2
TOTAL	5	1	3	9

TOTAL POR PLANO	TITULAR	DEPENDENTE	AGREGADO	TOTAL
NS I	460	419	228	1107
NS II	506	652	127	1285
TOTAL	966	1071	355	2392

No que se refere à idade, plano e tipo de usuário, a massa está assim distribuída:

Quadro 11 - Distribuição Etária da Massa Usuária

FAIXA ETÁRIA	USUÁRIOS DIRETOS			USUÁRIOS INDIRETOS*			USUÁRIOS TOTAIS		
	PLANO		TOTAL	PLANO		TOTAL	PLANO		TOTAL
	NS I	NS II		NS I	NS II		NS I	NS II	
00 - 18	13	11	24	60	282	342	73	293	366
19 - 23	37	28	65	55	81	136	92	109	201
24 - 28	74	46	120	1	125	126	75	171	246
29 - 33	22	7	29	5	153	158	27	160	187
34 - 38	6	3	9	18	111	129	24	114	138
39 - 43	5	0	5	28	87	115	33	87	120
44 - 48	9	3	12	73	78	151	82	81	163
49 - 53	29	4	33	130	104	234	159	108	267
54 - 58	97	5	102	96	54	150	193	59	252
59 ou mais	286	64	350	63	39	102	349	103	452
Total	578	171	749	529	1.114	1.643	1.107	1.285	2.392

* São cobertos pelos planos das patrocinadoras e, complementarmente, pelo NUCLEOS-SAÚDE.

Fig. 6 - Classificação Etária - NS I e NS II



Da observação do gráfico da Fig. 6, verifica-se que 47,41% do total de usuários têm idade igual ou superior a 43 anos. Observando isoladamente os dois tipos de usuários existentes, diretos e indiretos, verifica-se que a situação no grupo de usuários diretos (grupo que efetivamente utiliza a rede de atendimento do NUCLEOS-SAÚDE) é mais crítica, uma vez que 66,36% encontram-se com idade igual ou superior a 43 anos, demonstrando com isso uma concentração nas faixas etárias onde o volume de utilização é consideravelmente mais elevado, ratificando, portanto, a crescente tendência no aumento da sinistralidade do plano que, por conseqüência, eleva os gastos com a assistência médica.

Na tabela a seguir é apresentada a evolução das receitas e despesas percebidas pelo NUCLEOS-SAÚDE I e II nos últimos cinco anos, bem como o índice de sinistralidade obtido:

Quadro 12 - Receita / Despesa NUCLEOS-SAÚDE

(Valores expressos em Reais)

	2001	2002	2003	2004	2005
Receita	1.050.865,93	1.236.627,63	1.506.126,57	1.890.411,66	2.964.860,64
Despesa	1.209.155,74	1.107.534,91	1.942.179,10	2.354.480,20	2.783.296,64
Sinistralidade	115%	90%	129%	125%	94%

Como se pode observar, desde 2001 o NUCLEOS-SAÚDE vem apresentando uma taxa de sinistralidade bastante elevada, acarretando sucessivos déficits ao longo dos últimos anos e, mesmo com o advento da cota extra para composição do fundo de oscilação e equacionamento dos déficits acumulados no decorrer dos exercícios passados, a situação financeira do plano continuou preocupante, tendo em vista que a sinistralidade permaneceu num patamar superior aos 90%.

Na tabela a seguir é apresentada a evolução dos fundos assistencial e administrativo nos últimos cinco anos:

Quadro 13 - Fundo Assistencial e Administrativo

(Valores expressos em Reais)

	2001	2002	2003	2004	2005
Saldo do Fundo	860.970,84	990.063,56	554.011,03	89.942,49	271.506,49

Os valores acumulados nos fundos assistencial e administrativo são exatamente o reflexo dos resultados apresentados no quadro onde é demonstrada a evolução das receitas e despesas percebidas pelo NUCLEOS-SAÚDE nos últimos cinco anos. Cabe ressaltar que nos resultados obtidos já estão contabilizadas as despesas contraídas junto à rede credenciada do plano.

NOVO PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Desde que foram iniciados estudos, em novembro de 2004, no sentido de identificar mecanismos que pudessem, em curto prazo, garantir a sobrevivência do NUCLEOS-SAÚDE, a opção mais viável, à época, foi a aplicação da cota extra por apresentar um resultado mais imediato. A partir de então, o NUCLEOS dedicou-se a compor uma estrutura que pudesse não só equacionar tal questão em caráter definitivo, como também garantir a continuidade do plano, sem que tivéssemos de abrir mão da qualidade dos serviços e da satisfação dos participantes.

E foi com essa convicção que no ano de 2005 foram iniciados estudos de viabilização dos planos de assistência à saúde administrados pelo NUCLEOS, de modo a torná-los mais atrativos e acessíveis a todos os participantes.

Uma das primeiras ações foi a criação de uma comissão composta pelos três membros eleitos do Conselho Deliberativo para gerir e coordenar tais atividades, juntamente com o corpo técnico da fundação, ocasião em que foram elaborados inúmeros estudos para formulação do nosso novo plano, além da realização de reuniões com diversas empresas dos mais variados segmentos atuantes no mercado de saúde, incluindo aquelas de auditoria, bem como de fornecedores de materiais e equipamentos hospitalares.

Em consequência, foi possível traçar diversos panoramas, o que permitiu o aprofundamento em alguns conceitos, subsidiando de forma consistente a decisão de direcionar o foco para a criação de novos produtos e a provável extinção dos existentes, possibilitando aos participantes da fundação o acesso a um produto de qualidade, porém, a um preço ainda acessível.

A migração dos usuários do NUCLEOS-SAÚDE I para os novos produtos possibilitará que os participantes hoje inscritos no plano possam, enfim, ter acesso a uma série de atendimentos sem cobertura por aquele plano, e que hoje são amplamente recomendados e utilizados pela medicina.

A proposta a ser apresentada provavelmente abrangerá redes distintas de atendimentos, com padrão de acomodação, níveis de co-participação e franquia diferenciada, conforme padrão de cobertura escolhido pelo usuário no ato da contratação do produto, cujo lançamento está previsto para o ano de 2006.



Programa de Investimentos

Em razão da substituição da Diretoria Executiva do Instituto em 31 de agosto de 2005 e com intuito de poder avaliar o efeito positivo da mudança de estratégia nas aplicações financeiras promovidas pela atual diretoria, o resultado consolidado do programa de investimentos de 2005 está dividido em dois momentos distintos, como pode ser observado no gráfico da Fig. 7. Em um primeiro momento, na gestão da administração anterior, que abrange o período de janeiro a agosto, a rentabilidade acumulada foi de 4,38% (59% da meta atuarial). Em um segundo momento, abrangendo o período de setembro a dezembro e já sob a gestão da atual diretoria, a rentabilidade acumulada foi de 5,60%, superando em 152% o mínimo atuarial.

No ano de 2005, o programa de investimentos do Instituto rendeu 10,23%, representando, aproximadamente, 90% da meta atuarial que foi de 11,35%. Esses dados demonstram a eficácia da reestruturação iniciada em setembro de 2005, tanto nos procedimentos internos quanto na mudança dos gestores dos fundos exclusivos do Instituto.

Os gráficos seguintes apresentam a evolução do pro-

grama de investimentos e do mínimo atuarial acumulado no ano. No primeiro (Fig. 8), referente ao período de janeiro a agosto de 2005, verifica-se que o mínimo atuarial acumulado nunca foi alcançado, já no segundo (Fig. 9), referente ao período de setembro a dezembro de 2005, o panorama se inverte, pois a rentabilidade acumulada nesse período sempre foi superior ao mínimo atuarial.



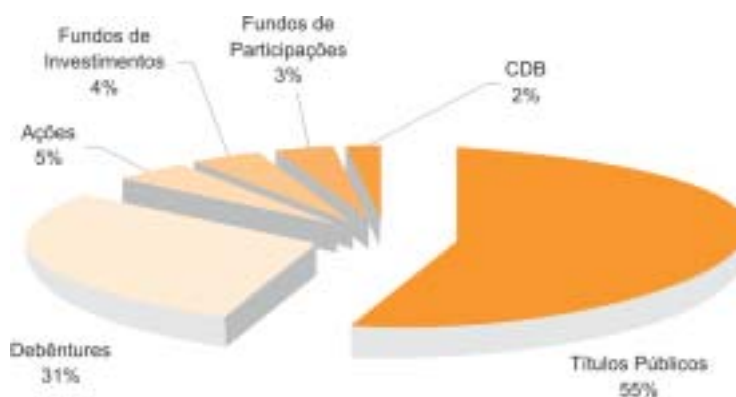


A composição das aplicações financeiras do Instituto em 31 de dezembro de 2005 estava assim distribuída, conforme demonstrado a seguir no Quadro 14 e na Fig.10:

Quadro 14 - Composição das Aplicações Financeiras

INVESTIMENTOS	Total (R\$/Mil) Em 30-dez-05	COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	
		Total (R\$/Mil)	% Part
Carteira Própria	110.434	110.434	54,84
GRT Fundo de Investimento	13.062		
PCH Fundo Inv Partic	3.215		
Fundos Exclusivos	351.885		
Renda Fixa	132.614		
Renda Variável	25.899		
Multimercado	193.373		
Total de Investimentos	478.596		
		110.434	54,84
		121.364	25,36
		53.168	11,11
		29.792	6,22
		42.212	8,82
		11.458	2,39
		4.485	0,94
		147.971	30,92
		20.040	4,19
		22.773	4,76
		16.277	3,40
		8.871	1,85
		186	0,04
		478.596	100,00

Fig. 10



Com base em 30 de dezembro de 2005, aproximadamente 67% do total dos investimentos estavam classificados como “**mercados até o vencimento**”. Se esses investimentos, títulos públicos indexados a índices inflacionários: NTN-B (IPCA) e NTN-C (IGP-M) e títulos privados (debêntures), fossem classificados como “**mercados a preço de mercado**”, teria-se um impacto negativo de R\$ 33,091 milhões no programa de investimentos do NUCLEOS.

Em relação ao Programa de Investimentos do NUCLEOS, a posição em 30 de dezembro de 2005 está demonstrada no Quadro 15 a seguir:

Quadro 15 - Posição do Programa de Investimentos

TIPO DE APLICAÇÃO	Dez/05		Máximo Legal (%) ⁽¹⁾
	Valor em R\$ milhões	Part %	
Total do Programa de Investimentos	520.421.855,33	100,00	100,00
Renda Fixa	436.429.850,13	83,86%	100,00
Aplicação em Fundos Exclusivos	325.986.123,70		
Aplicação na Carteira Própria ⁽²⁾	110.443.726,43		
Renda Variável	42.198.721,73	8,10%	50,00
Aplicação em Renda Variável	42.175.839,02		
Ações Magnesita PNC	22.882,71		
Investimentos Imobiliários	27.985.483,83	5,37%	14,00
Empréstimos a Participantes	13.731.347,83	2,63%	15,00
Outros Realizáveis ⁽³⁾	76.451,81	0,01%	-

1. Máximo legal, de acordo com a Resolução CMN Nº 3121/03, base do Programa de Investimentos, em 2005.

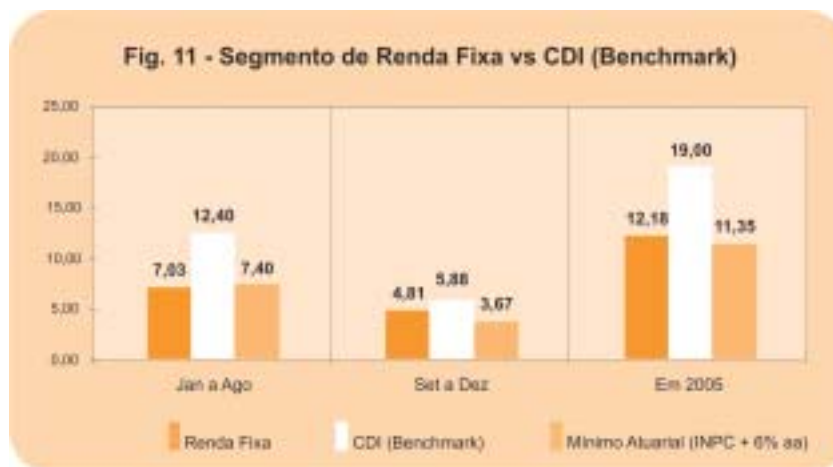
2. No valor referente à carteira própria estão expurgadas as provisões que equivalem a R\$ 10.142,74.

3. Outros realizáveis - refere-se ao imposto de renda a recuperar.

Renda Fixa

Composto pelos fundos exclusivos de renda fixa, fundos exclusivos multimercado e os ativos que compõem a carteira própria do Instituto, representa aproximadamente 84% do Programa de Investimentos do NUCLEOS (Quadro 15).

A mudança de estratégia nas aplicações financeiras e a reestruturação iniciada em agosto de 2005 trouxeram mais transparência e capacitação técnica, contribuindo para que o resultado final fosse melhor do que vinha se concretizando até agosto, como pode ser observado no gráfico da Fig.11. No último quadrimestre de 2005, alcançou-se 4,81% de rentabilidade, equivalente a 81,80% do benchmark (meta mínima de rentabilidade, estabelecida gerencialmente, a ser obtida pelo investimento), em comparação com os 7,03%, que equivaleram a 56,69% do benchmark. Mesmo assim, considerado a ano completo, o segmento obteve rentabilidade 7,31% acima do mínimo atuarial exigido.



O motivo principal de não se ter alcançado o benchmark foi a aquisição pela diretoria anterior de um volume expressivo de títulos públicos, com vencimento nos anos de 2024, 2031 e 2045, e debêntures de empresas de pouca expressão, todos marcados até o vencimento. Esses ativos, no total de R\$ 322.502.694,88, comprometem a liquidez e o retorno da carteira de renda fixa, não só porque seus preços de aquisição foram acima do valor praticado pelo mercado (constatado pela auditoria da KPMG), como também impedem de maximizar retorno em outras opções mais vantajosas de risco e prazos menores.

Outra mudança positiva foi a troca dos gestores dos fundos exclusivos para bancos de grande porte, o que contribuiu positivamente para o resultado final no segmento de renda fixa.

No Quadro 16 abaixo, podemos observar a rentabilidade de cada fundo comparado com seu benchmark (CDI) e meta atuarial.

Quadro 16 - Comparativo de Rentabilidade

Fundos Exclusivos	Administradores	Patrimônio (R\$ mil)	Participação S/Total (%)	Rentabilidade (%)		% CDI Acum. 2005	% Meta Atuarial Acum. 2005
				Dez-05	Ano		
Európio FIF NUC	Banco do Brasil	38.991	11,96	1,58	19,14	100,71	168,59
Urânio FIF NUC	ABN-AMRO (Real)	63.236	19,40	1,38	12,71	66,90	111,99
Megawatt FIF NUC	BMC	16.451	5,05	1,04	9,66	50,86	85,13
Monazita FIF NUC	WestLB	66.685	20,46	1,02	8,50	44,71	74,84
Zircônio FIF NUC	BRAM (Bradesco)	130.137	39,92	0,98	6,13	32,24	53,97
Neutron (*)	ABN-AMRO (Real)	10.487	3,22	1,37	4,00	21,05	35,24
Total Geral		325.986	100,00	1,15%	9,55%	50,28%	84,17%

(*) Rentabilidade a partir de 30/10/2005

Fonte: HSBC | GEF-INV

Os fundos exclusivos em renda fixa renderam 9,55% no ano de 2005, alcançando 50,28% do seu benchmark (CDI) e 84,17% da meta atuarial.

Os fundos Urânio, Megawatt, Monazita e Zircônio, por possuírem uma alocação elevada em títulos públicos com vencimento nos anos de 2024, 2031 e 2045 (35%, 75%, 40% e 87% dos seus patrimônios totais, respectivamente), com preços de aquisição acima do valor praticado pelo mercado (constatado pela auditoria da KPMG) e marcados até o vencimento, tiveram as suas performances fortemente prejudicadas no ano de 2005.

Os fundos Megawatt (gestão BMC) e Monazita (gestão WestLB) estão em processo de transferência para outro gestor de grande porte. Porém, cabe ressaltar que até a finalização desse processo não haverá comprometimento da performance deles visto que atualmente eles só possuem papéis de pouca liquidez e a gestão por parte desses bancos é uma gestão passiva (sem operações).

Em relação à carteira de debêntures do Instituto, mesmo com um percentual alto de alocação, acima da média dos fundos de pensão (fonte: Relatório de Desempenho da Risk Office), rendeu, em média, 88% do CDI e 148% da meta atuarial. As debêntures com maiores participações na carteira, Cesp, Ulbra e Triunfo, renderam acima da meta atuarial, porém, somente as debêntures e certificado a termo de Cesp renderam acima do CDI. Vale ressaltar que não houve aquisição de debêntures pela diretoria atual do NUCLEOS e que num trabalho realizado pela empresa PPS Portfolio e Performance (empresa credenciada pela CVM), contratada para efetuar uma análise das debêntures em relação a rentabilidade/risco, constatou-se, conforme pode ser observado no Quadro 17, que:

- das 16 debêntures analisadas, 12 (75%) não apresentam retornos compatíveis com o risco;
- em relação ao montante na data de aquisição, aproximadamente R\$ 116 milhões, (79% do total investido neste segmento), não apresentam retornos compatíveis com o risco;
- apenas 3 debêntures (Cesp, Ulbra e Triunfo) representam aproximadamente 51% do total investido neste segmento, com os retornos insuficientes para o nível de risco dos papéis .

Quadro 17 - Carteira de Debêntures

Fundos Exclusivos	Administradores	Rentabilidade (%)			% CDI Acum.	% Meta Atuarial Acum. 2005
		Nov	Dez	2005		
CESP	CTEE	1,61	1,70	25,17	132,47	221,76
CESP	Debêntures	1,64	1,74	22,72	119,58	200,17
Tesouro Nacional	LFT-B	1,38	1,48	19,03	100,16	167,66
ULBRA	Debêntures	1,40	0,97	16,48	86,74	145,20
TRIUNFO	Debêntures	1,35	1,01	16,07	84,58	141,58
LECO	Commercial Paper	1,52	1,62	15,94	83,90	140,44
SANESALTO	Debêntures	1,22	1,64	14,61	76,90	128,74
VIGOR	Debêntures	1,56	1,62	14,52	76,40	127,90
ECONORTE	Debêntures	1,39	1,03	13,75	72,37	121,15
UNIVERCIDADE	Debêntures	1,25	1,59	13,45	70,78	118,48
CONCEPA	Debêntures	1,22	1,60	13,39	70,49	117,99
SABESP	Debêntures	1,05	1,31	13,15	69,22	115,87
TEXTIL RENAUX	Debêntures	-	1,17	12,65	66,57	111,43
BGPARG	Debêntures	1,26	1,72	12,52	65,90	110,31
CEMIG	Debêntures	-	0,93	12,51	65,85	110,23
HÉRCULES	Debêntures	0,94	0,87	8,33	43,84	73,39
ZIVI	Debêntures	0,94	0,83	8,27	43,53	72,86
		1,42	1,19	16,77%	88,28%	147,78%

Fonte: HSBC | Policentro | GEF-INV

Renda Variável

Composto pelo Fundo de Investimentos em Ações e os Fundos de Investimentos em Participação, corresponde aproximadamente a 8% do Programa de Investimentos (Quadro 15).

O desempenho deste segmento foi muito abaixo do IBOVESPA (benchmark), pelo segundo ano consecutivo e totalmente na contramão do mercado acionário que, no mesmo período, foi o melhor investimento, como pode ser observado no gráfico da Fig.12.



O resultado pífio da carteira de ações em relação ao IBOVESPA se deu principalmente devido a sua composição de ativos (ações), pois estava totalmente desalinhada com o seu benchmark e bastante concentrada em ações sem nenhuma representatividade na carteira teórica do IBOVESPA e/ou do IBrX.

A partir de setembro, a nova diretoria passou a alinhar os ativos da carteira de renda variável com os ativos que compõem o IBOVESPA e/ou IBrX. A conclusão dessa mudança ocorreu em janeiro deste ano. Na Fig.12, percebe-se que o reflexo dessa mudança começou a surtir efeito, pois a rentabilidade de janeiro a agosto de 2005 foi de 10,51% negativo e no período de setembro a dezembro de 2005 foi de 10,04% positivo.

Em 14 de dezembro, a gestão do fundo de ações foi transferida para o Unibanco, quando praticamente terminaram os ajustes necessários para enquadramento na Política de Investimentos proposta para 2006, que contemplava a mudança do benchmark de IBOVESPA para IBrX-50 e a proibição de negociação de qualquer ação que não estivesse incluída nos índices IBOVESPA e IBrX. Essas medidas certamente refletirão positivamente para um melhor desempenho em 2006.



CARTEIRA IMOBILIÁRIA

Ao longo do exercício de 2005 não há registro de nenhuma operação de compra ou venda de imóveis, permanecendo a mesma composição do final do exercício de 2004.

No exercício de 2005, a carteira de imóveis alcançou uma rentabilidade de 11,55%, atingindo 101,74% da meta atuarial.

Em dezembro de 2005, a carteira de imóveis do Instituto, incluindo Shopping Centers, foi reavaliada pelas empresas Avalitec e Predictor, apresentando uma valorização no montante de R\$ 5,301 milhões. Os novos valores passaram a ser:

IMÓVEIS PARA ALUGUEL

BOTAFOGO - RJ

Os imóveis situados nas ruas Real Grandeza, General Polidoro e Mena Barreto foram reavaliados em R\$ 4,4 milhões, R\$ 5,9 milhões e R\$ 6,8 milhões, respectivamente.

Os imóveis citados encontram-se alugados pelos seguintes valores:

- R. Real Grandeza, 301: R\$ 36.417,12
- R. General Polidoro, 316: R\$ 39.443,86
- R. Mena Barreto, 161: R\$ 39.440,93

FLAMENGO - RJ

Imóvel situado na Praia do Flamengo, 200 - 7º andar, reavaliado em R\$ 3,0 milhões, encontra-se alugado à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, pelo prazo de 36 meses, a partir de janeiro de 2003. Em janeiro de 2005 o aluguel foi reajustado para R\$ 61.094,65.

CENTRO - RJ

Imóvel situado na Rua Rodrigo Silva, 26 - 15º andar, adquirido em 10 de abril de 2002, que passou a ser utilizado para abrigar a nova sede do Instituto, com um custo, incluindo obras, reavaliado em R\$ 1,0 milhão.

SHOPPING CENTERS

LIGHT - São Paulo

O NUCLEOS é detentor de 15% de participação no empreendimento, cujo custo de aquisição atingiu o montante de R\$ 8,5 milhões em 1998. Em 2002, com base em laudo de avaliação, o investimento foi ajustado para o valor de R\$ 2,25 milhões. Nesta última reavaliação, seu valor foi ajustado para R\$ 1,82 milhões.

Devido ao baixo desempenho do shopping ao longo de toda sua operação, o NUCLEOS contratou a empresa SGGC Participações Ltda., que detém comprovada expertise no segmento de shopping centers, para representá-lo junto ao empreendimento de forma a ter uma participação mais ativa no seu processo de administração e desenvolvimento, na expectativa de poder torná-lo rentável e auto-sustentável a médio prazo.

SANTANA - São Paulo

A participação do NUCLEOS no empreendimento data de dezembro de 1998, quando investiu R\$ 8,05 milhões, representando 16% da área bruta locável. Com base no laudo de avaliação do investimento, elaborado em 2005, este valor foi ajustado contabilmente para R\$ 4,08 milhões.

Com data de inauguração prevista inicialmente para 30/04/2004, o shopping encontra-se com suas obras paralisadas há aproximadamente três anos. Em virtude da não conclusão da obra na data prevista e da garantia dada pelo empreendedor de rentabilizar o investimento em, no mínimo, 11% a.a., o Instituto entrou com ação judicial visando o cumprimento da cláusula contratual referente à garantia mínima de rentabilidade.

Em junho de 2005 o NUCLEOS fechou acordo com os empreendedores elevando sua participação no empreendimento para 18% da área bruta locável, em troca da quitação e extinção do objeto da ação proposta pelo Instituto.

Mais recentemente, ainda em 2005, houve importante alteração na composição societária do shopping: a SEND Empreendimentos e Participações Ltda., empresa do grupo Internacional Shopping Guarulhos, que detém a participação em outros negócios de sucesso do gênero, adquiriu a cota parte de outros sócios e, em parceria com o Instituto, sem que a este fosse solicitado qualquer outro investimento adicional, se dispôs a concluir a construção e colocar o shopping em operação em maio de 2007.

FUNDO IMOBILIÁRIO ESTAÇÃO PLAZA SHOW - Curitiba

O NUCLEOS é cotista do fundo desde setembro de 1997, sendo possuidor de 7.250 cotas, adquiridas pelo valor nominal de R\$ 6.227.677,50. O valor registrado em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 636.159,31.

Em 2002 o Instituto entrou com ação para declaração de inexistência de um dos elementos essenciais da relação jurídica de compra e venda - o bem real, solicitando, ainda, restituição da quantia paga, com juros e correção.

O referido processo encontra-se estacionado, aguardando decisão judicial sobre a mudança do foro para a Comarca do Paraná, solicitada pelo Fundo de Investimento Imobiliário C&D - Estação Plaza Show.

EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

A rentabilidade dos contratos assinados após o ano de 2001 e até 24/09/2003 se encontra acima do mínimo atuarial e já vinha, assim, atendendo à Resolução do BACEN de nº 2.829, pois a rentabilidade é composta pelo próprio mínimo atuarial somado ao excedente administrativo. Porém, é importante ressaltar que a data-base de comparação entre a rentabilidade da carteira em relação ao mínimo atuarial deverá ser defasada em dois meses, pois o INPC utilizado é sempre do penúltimo mês por ser este um índice pós-fixado.

Os contratos de empréstimos assinados a partir de 25 de setembro de 2003, data da Resolução CMN nº 3.121, não precisaram de alterações em suas normas e critérios, uma vez que os mesmos já se encontravam enquadrados naquela Resolução, onde os encargos financeiros correspondentes às operações de empréstimo realizadas entre entidades fechadas de previdência complementar e seus participantes e assistidos não podem ser inferiores à taxa mínima atuarial do respectivo plano de benefícios, acrescida de uma taxa representativa do custo administrativo e operacional das carteiras que compõem o segmento de empréstimos.

Em 2005 houve um aumento de 15,13% no saldo dos empréstimos a participantes, em relação ao final de 2004, enquanto o aumento no número de contratos foi de apenas 2,92%. A relação saldo devedor por número de contrato passou de R\$ 7.577,39 no final de 2004 para R\$ 8.476,14 no final de 2005, resultando em um aumento de 11,86% (Quadro 18).

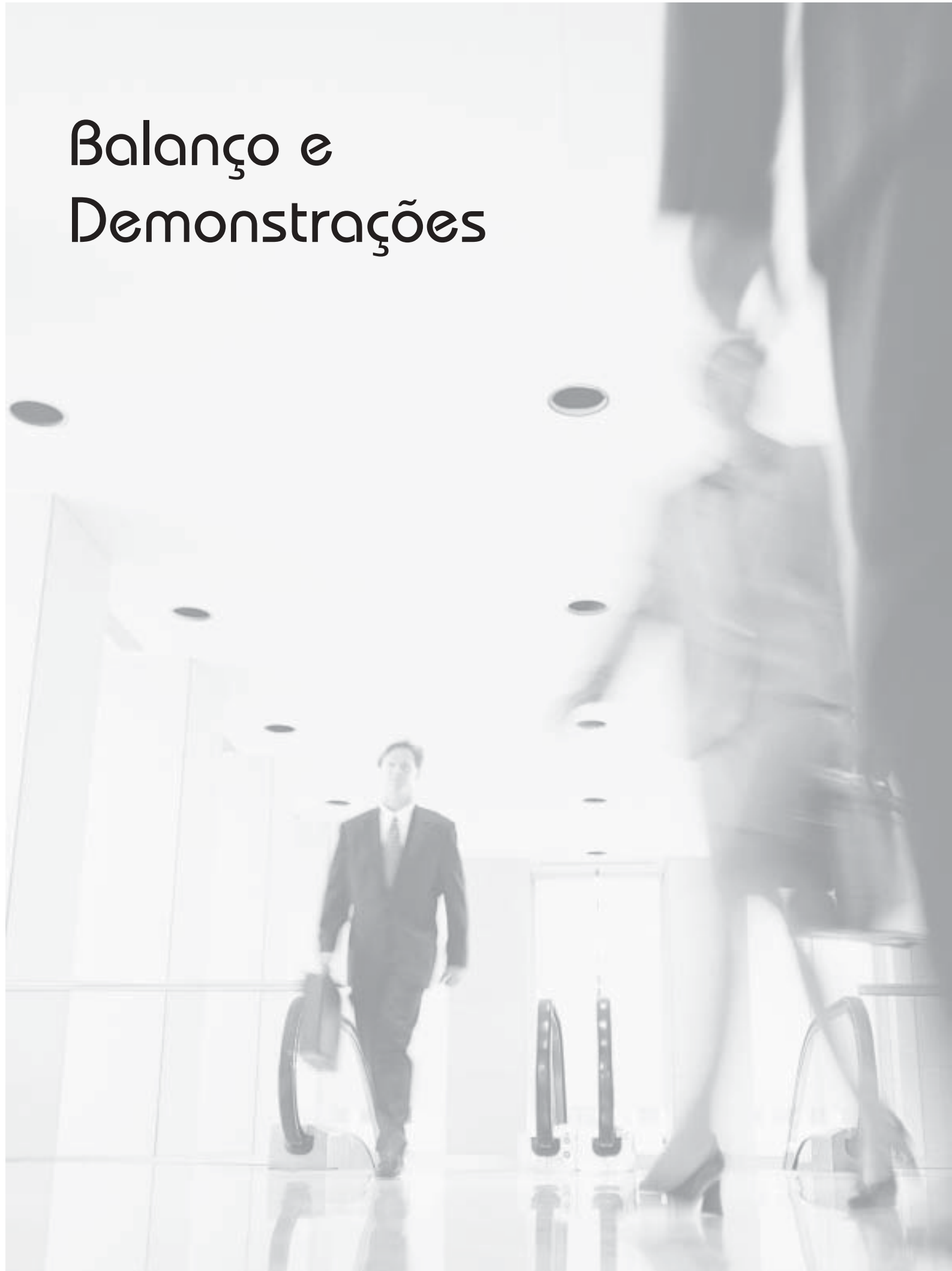
Quadro 18 - Carteira de Empréstimos a Participantes

(Valores expressos em Reais)

MESES	Saldo da Carteira		Nº de Contratos		Saldo por Contrato	
	Valor	Variação	Qt.	Variação	Valor	Variação
Dez/2004	11.926.807,80	15,13%	1.574	2,92%	7.577,39	11,86%
Dez/2005	13.731.347,83		1.620		8.476,14	

A rentabilidade acumulada no ano de 2005 da carteira de empréstimos do NUCLEOS foi de 20,50%, para os empréstimos indexados pela TR, que em dezembro de 2005 representavam 57 contratos, e de 14,41% para os empréstimos indexados ao INPC, que em dezembro de 2005 representavam 1.741 contratos.

Balanço e Demonstrações



Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em R\$ mil)

ATIVO	EXERCÍCIO		PASSIVO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR		ATUAL	ANTERIOR
DISPONÍVEL	231	159	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.077	1.086
REALIZÁVEL	539.111	482.248	PROGRAMA PREVIDENCIAL	36	4
PROGRAMA PREVIDENCIAL	17.764	20.101	PROGRAMA ASSISTENCIAL	463	92
PROGRAMA ASSISTENCIAL	220	181	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	1.452	866
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	705	521	PROGRAMA DE INVESTIMENTO	126	104
PROGRAMA DE INVESTIMENTO	520.422	461.445			
RENDA FIXA	436.430	382.057	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	247	3
RENDA VARIÁVEL	42.199	44.043	PROGRAMA PREVIDENCIAL	85	0
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	27.986	22.807	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	162	3
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	13.731	11.962			
OUTROS REALIZÁVEIS	76	576	EXIGÍVEL ATUARIAL	633.508	561.168
			PROVISÕES MATEMÁTICAS	633.508	561.168
PERMANENTE	362	430	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	160.531	143.280
IMOBILIZADO	260	281	BENEFÍCIOS A CONCEDER	553.329	499.326
DIFERIDO	102	149	(-)PROV.MATEMÁT.A CONSTITUIR	(80.352)	(81.438)
			RESERVAS E FUNDOS	(96.128)	(79.420)
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	(191.576)	(164.728)
			RESULTADOS REALIZADOS	(191.576)	(164.728)
			(-)DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(191.576)	(164.728)
			FUNDOS	95.448	85.308
			PROGRAMA PREVIDENCIAL	94.345	84.299
			PROGRAMA ASSISTENCIAL	272	90
			PROGRAMA ADMINISTRATIVO	422	596
			PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	409	323
TOTAL DO ATIVO	539.704	482.837	TOTAL DO PASSIVO	539.704	482.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Marcos da Rocha Elias
Presidente
CPF: 728.209.187-00



Luis Pereira de Freitas
Contador CRC Nº RJ-034.521/O-9
CPF: 215.018.587-34



José Raphael Oliveira da Silva
Diretor Financeiro/Benefícios (Interino)
CPF: 911.801.987-00

Demonstração de Resultados de Exercícios em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR		ATUAL	ANTERIOR
PROGRAMA PREVIDENCIAL			PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+) RECURSOS COLETADOS	73.374	59.015	(+/-) RENDA FIXA	45.631	40.138
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(86.174)	(52.263)	(+/-) RENDA VARIÁVEL	(708)	(13.180)
(+/-) CONST. REVER. DE CONTINGÊNCIAS	(85)	0	(+/-) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	8.741	1.155
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(2.378)	(2.171)	(+/-) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.865	1.819
(+/-) RESULTADOS DOS INVEST. PREVIDENCIAIS	50.801	26.518	(+/-) RELACIONADAS COM O DISPONÍVEL	(504)	(678)
(+/-) CONST. REVER. DE PROV. ATUÁRIAS	(72.340)	(109.549)	(+/-) RELACIONADAS COM TRIBUTOS	0	(121)
(+/-) FORM. REVERBÃO DE FUNDOS	(10.046)	(9.367)	(+/-) OUTROS INVESTIMENTOS	231	42
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(26.848)	(87.817)	(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(2.361)	(2.227)
			(+/-) RESULTADOS RECES./TRANSF./OUTROS PROGRAMAS	(50.999)	(26.863)
PROGRAMA ASSISTENCIAL			(=) CONSTITUIÇÕES/(REVERSÕES) DE FUNDOS	86	74
(+) RECURSOS COLETADOS	2.762	1.766			
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(2.342)	(1.940)			
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(368)	(405)			
(+/-) RESULTADOS DOS INVEST. ASSISTENCIAIS	130	115			
(+/-) CONSTITUIÇÕES/(REVERSÕES) DE FUNDOS	182	(464)			
PROGRAMA ADMINISTRATIVO					
(+) RECURSOS ORIUNDOS DE OUTROS PROGRAMAS	5.097	4.803			
(+) RECEITAS	98	64			
(-) DESPESAS	(5.270)	(4.765)			
(+/-) CONST. REVER. DE CONTINGÊNCIAS	(167)	0			
(+/-) RESULTADOS DOS INVEST. ADMINISTRATIVOS	68	30			
(+/-) CONSTITUIÇÕES/(REVERSÕES) DE FUNDOS	(174)	132			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Marcos da Rocha Elias
Presidente
CPF: 728.209.187-00



Luis Pereira de Freitas
Contador CRC Nº RJ-034.521/O-9
CPF: 215.018.587-34



José Raphael Oliveira da Silva
Diretor Financeiro/Benefícios (Interino)
CPF: 911.801.987-00


Demonstração do Fluxo Financeiro em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR		ATUAL	ANTERIOR
(+/-) PROGRAMA PREVIDENCIAL	9.588	7.873	(+/-) PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(4.728)	(4.511)
(+) ENTRADAS	76.410	80.781	(+) ENTRADAS	355	548
(+) RECURSOS COLETADOS	73.374	89.015	(+) RECEITAS	99	85
(-) RECURSOS A RECEBER	3.036	1.798	(-) RECEITAS A RECEBER	(126)	(20)
(-) SAÍDAS	(66.841)	(82.908)	(+) OUTROS REALIZÁVEIS/EXIGIBILIDADES	382	114
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(66.174)	(82.263)	(-) SAÍDAS	(5.093)	(4.686)
(+) UTILIZAÇÕES A PAGAR	1	0	(-) DESPESAS	(5.270)	(4.765)
(-) OUTROS REALIZÁVEIS/EXIGIBILIDADES	(668)	(614)	(+) DESPESAS A PAGAR	37	543
(-) CONSTITUIÇÕES/REVER. DE CONTINGÊNCIAS	0	(31)	(-) DESPESAS FUTURAS	81	(50)
			(-) PERMANENTE	68	22
(+/-) PROGRAMA ASSISTENCIAL	748	(213)	(-) CONSTITUIÇÕES/REVER. DE CONTINGÊNCIAS	(9)	(0)
(+) ENTRADAS	2.774	1.767			
(+) RECURSOS COLETADOS	2.761	1.706	(+/-) PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	(5.518)	(2.345)
(-) RECURSOS A RECEBER	(17)	1	(+/-) RENDA FIXA	(8.542)	(72.441)
(-) SAÍDAS	(1.995)	(2.098)	(+/-) RENDA VARIÁVEL	1.130	67.229
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(2.342)	(1.940)	(+/-) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.694	1.691
(+) UTILIZAÇÕES A PAGAR	388	(114)	(+/-) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	48	194
(-) UTILIZAÇÕES FUTURAS	(20)	(28)	(+/-) RELACIONADOS COM O DISPONÍVEL	(525)	(678)
(-) OUTROS REALIZÁVEIS/EXIGIBILIDADES	(2)	0	(+/-) RELACIONADOS COM TRIBUTOS	(30)	(118)
			(+/-) OUTROS INVESTIMENTOS	731	1.178
			(=) FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	72	184
			(=) VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	72	184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


 Marcos da Rocha Elias
 Presidente
 CPF: 728.209.187-00


 Luis Pereira de Freitas
 Contador CRC Nº RJ-034.521/O-9
 CPF: 215.018.587-34


 José Raphael Oliveira da Silva
 Diretor Financeiro/Benefícios (Interino)
 CPF: 911.801.987-00

Notas Explicativas



Notas Explicativas às demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31/12/2004 e 31/12/2005

Expresso em R\$ mil, exceto quando mencionado.

1 - Contexto Operacional

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 22 de dezembro de 1978, de acordo com escritura lavrada em cartório, nos termos da Lei 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei complementar nº 109/2001, de 29 de maio de 2001, e obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Secretaria de Previdência Complementar e de resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional.

A entidade tem como objetivo principal garantir a seus participantes e respectivos beneficiários a suplementação dos benefícios concedidos pela Previdência Social.

Os recursos financeiros de que o NUCLEOS dispõe para atender ao seu objetivo principal e para o seu funcionamento operacional são oriundos de contribuições de suas patrocinadoras INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. – INB (instituidora), ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, de seus participantes e dos rendimentos auferidos pelas aplicações desses recursos, que são efetuadas de acordo com o disposto na Resolução 3.121, de 25 de setembro de 2003, do Conselho Monetário Nacional e suas alterações.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do NUCLEOS foram elaboradas conforme as normas estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar, através da Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, e implementadas pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), para as entidades fechadas de previdência complementar, com vigência a partir de 02 de janeiro de 2002, e alterada pela Resolução CGPC nº 10, de 05 de julho de 2002, revogando, conforme o seu Artigo 3º, a Resolução CGPC nº 01, de 11 de maio de 1999 e, também, a Portaria MPAS nº 4.858, de 26 de novembro de 1998, republicada em 17 de fevereiro de 1999 e retificada em 17 de dezembro de 1999, e demais disposições em contrário.

Foi mantida a contabilização por programas Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos, com as transferências interprogramas sendo permitidas, devendo ser obrigatoriamente registradas.

2.1 - Sistema Integrado de Previdência Complementar - SIPC_CAPPLANO

A partir de janeiro de 2005, conforme OFÍCIO CIRCULAR nº 03/2005 – DECON/SPC, de 28 de fevereiro de 2005, a integração das informações contábeis mensais com a Secretaria de Previdência Complementar - SPC serão realizadas por planos de benefícios (Empresa/Plano).

3 - Sumário das Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pelo NUCLEOS estão descritas a seguir:

3.1 - Regime de Escrituração Adotado

O NUCLEOS adota o regime de competência de exercício para o registro das receitas e despesas.

3.2 - Realizável Previdencial

Estão registrados no realizável previdencial os valores a receber das patrocinadoras, descritos a seguir, deduzidos da provisão de direitos a receber de liquidação duvidosa. (vide nota 3.9)

Quadro detalhando os valores das contribuições do mês, em atraso e contratadas, e outros realizáveis previdenciais:

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL									EXERCÍCIO ANTERIOR
	INB	ETH	NUCLEP	SUB-TOTAL	NUCLEOS	ASSIST	ATIVO DEBINC	OUTROS REALIZ	TOTAL	
CONTRIBUIÇÕES DO MÊS	473	655	223	1.351	0	0	55	0	1.616	1.427
NÃO CONTRATADA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANTERIOR A 31/08/88	101.181	0	0.318	110.499	0	0	0	0	110.499	95.305
(-PROVISÃO PLIQ DUVIDOSA	(101.181)	0	(0.318)	(110.499)	0	0	0	0	(110.499)	(95.305)
POSTERIOR A 31/08/88	223	0	18.817	18.840	0	0	0	0	18.840	16.249
(-PROVISÃO PLIQ DUVIDOSA	(223)	0	(18.817)	(18.840)	0	0	0	0	(18.840)	(16.249)
CONTRATADA	14.158	0	0	14.158	0	0	0	0	14.158	17.383
CONTRATO A VENCER	14.158	0	0	14.158	0	0	0	0	14.158	17.383
PREVIDENCIAL	5.489	0	0	5.489	0	0	0	0	5.489	6.143
ASSISTENCIAL	8.669	0	0	8.669	0	0	0	0	8.669	11.240
CONTRATO VENCIDO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PREVIDENCIAL	227	0	36.888	37.125	0	0	0	0	37.125	26.903
(-PROVISÃO PLIQ DUVIDOSA	(227)	0	(36.888)	(37.125)	0	0	0	0	(37.125)	(26.903)
ASSISTENCIAL	1.079	0	106.604	107.683	0	0	0	0	107.683	82.714
(-PROVISÃO PLIQ DUVIDOSA	(1.079)	0	(106.604)	(107.683)	0	0	0	0	(107.683)	(82.714)
ADIANTAMENTOS	0	0	0	0	0	0	0	1.560	1.560	1.291
TOTAL	14.631	655	223	15.709	0	0	55	1.560	17.764	20.921

3.2.1 - Contribuições do Mês

São os valores relativos ao mês de competência, cujos repasses ocorrem até o 3º dia útil após o pagamento da respectiva folha de salários de cada patrocinadora, equivalentes a R\$ 1.616 (R\$ 1.427 em 2004).

3.2.2 - Contribuições em Atraso não Contratadas

Referem-se às parcelas devidas pelas patrocinadoras, atualizadas monetariamente até 31 de dezembro de 2005, de acordo com os parâmetros definidos no Estatuto e no Plano Básico de Benefícios, conforme a seguir:

INB - Composta pelas parcelas das dívidas relativas aos seguintes períodos:

a. período de março a agosto de 1999 – O valor a receber corresponde ao saldo da atualização monetária, pois as parcelas relativas ao principal foram quitadas até 14 de março de 2000. A parcela devida pela patrocinadora equivale a R\$ 223 (R\$ 192 em 2004);

b. período anterior a 31 de agosto de 1988 – O valor a receber em 31 de dezembro de 2005 é equivalente a R\$ 101.181 (R\$ 87.268 em 2004).

NUCLEP - Composta pelas parcelas das dívidas relativas aos seguintes períodos:

- a. período de junho de 1995 a dezembro de 1996 – O valor corresponde às contribuições da patrocinadora, que em 31 de dezembro de 2005 são equivalentes a R\$ 5.815 (R\$ 5.015 em 2004);
- b. período de abril de 1997 a dezembro de 2000 – Também relativas às contribuições da patrocinadora, que em 31 de dezembro de 2005 são equivalentes a R\$ 10.714 (R\$ 9.241 em 2004);
- c. período de janeiro de 1995 a dezembro de 1996 – refere-se ao montante do recálculo do salário de participação, cujo valor em 31 de dezembro de 2005 corresponde a R\$ 2.088 (R\$ 1.801 em 2004);
- d. período anterior a 31 de agosto de 1988 – O valor a receber em 31 de dezembro de 2005 é equivalente a R\$ 9.318 (R\$ 8.037 em 2004).

3.2.3 - Contribuições em Atraso Contratadas

Registra o montante da dívida contratada com as patrocinadoras INB e NUCLEP, cujos contratos foram firmados em 27 de junho de 1995 e em 31 de dezembro de 1994, respectivamente, sendo atualizados monetariamente pela Taxa Referencial – TR, acrescidos de juros de 1% ao mês, tendo como cronograma de amortização das prestações, os seguintes períodos:

INB:

- a. julho de 1997 a abril de 2009 – Valor pertinente à dívida previdenciária, com parcelas a vencer de janeiro de 2006 até abril de 2009, cujo montante em 31 de dezembro de 2005 corresponde a R\$ 5.489 (R\$ 6.143 em 2004).
- b. junho de 1995 a setembro de 2008 – Valor pertinente à dívida assistencial, com parcelas a vencer de janeiro de 2006 até setembro de 2008, cujo montante em 31 de dezembro de 2005 corresponde a R\$ 8.669 (R\$ 11.240 em 2004).
- c. a patrocinadora INB quitou as parcelas vencidas de 31 de março de 1999 até 31 de maio de 2000, sendo essas relativas à dívida previdenciária, e de 31 de março de 1999 até 28 de fevereiro de 2001, referentes à dívida assistencial, quitadas apenas pelo valor do principal, ou seja, o referido saldo de encargos financeiros não pagos permanece sendo atualizado monetariamente também pela TR mais 1% de multa ao mês, cujo montante em 31 de dezembro de 2005 corresponde a R\$ 227 (R\$ 195 em 2004), valor referente à previdenciária, e R\$ 1.079 (R\$ 929 em 2004) referente à assistencial.

NUCLEP:

- a. fevereiro de 1996 a dezembro de 2000 – Valor pertinente à dívida previdenciária, com todas as parcelas vencidas, e sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante em 31 de dezembro de 2005 corresponde a R\$ 36.898 (R\$ 28.308 em 2004).
- b. fevereiro de 1996 a dezembro de 2000 – Valor pertinente à dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, e sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante em 31 de dezembro de 2005 corresponde a R\$ 106.604 (R\$ 81.785 em 2004).

3.2.4 - Provisão para Direitos a Receber de Liquidação Duvidosa

De acordo com o estabelecido nos itens 30 e 31 da Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 10, de 05 de julho de 2002, foi constituída provisão equivalente a 100% dos valores relativos às contribuições em atraso, não contratadas, abrangendo os períodos anteriores e posteriores a 31 de agosto de 1988, bem como os Contratos de Confissão de Dívida Previdencial e Assistencial, cujas parcelas estão vencidas, todos com atrasos superiores a 360 dias, por conseguinte, enquadrados no item 31 do Anexo "E", subitem "d". O montante provisionado corresponde aos seguintes valores:

(Valores em R\$ mil)

PERIÓDICOS/CONTRATOS	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR
	INB	NUCLEP	TOTAL	
Até 31/08/88	101.181	9.318	110.499	95.305
Posterior a 31/08/88	223	18.617	18.840	16.249
Contrato em atraso- Previdencial	227	36.898	37.125	28.503
Contrato em atraso- Assistencial	1.079	106.604	107.683	82.714
Total	102.710	171.437	274.147	222.771

3.2.5 - Cobrança Judicial

Em 16 de dezembro de 2002, o Instituto ajuizou junto às 30ª e 38ª Varas Cíveis do Rio de Janeiro, ações de cobrança do montante de R\$ 147.493 relativos às contribuições em atraso, não contratadas, referentes a períodos anteriores e posteriores a 31/08/88, bem como aos Contratos de Confissão de Dívida Previdencial e Assistencial, cujas parcelas estão em atraso.

3.2.6 - Outros Realizáveis

Correspondem aos valores a receber do Programa Previdencial, relativos aos Adiantamentos por conta de suplementação e reembolsáveis pelo INSS no valor de R\$ 1.990 (R\$ 1.291 em 2004).

3.3 - Realizável Assistencial

São registrados no realizável assistencial os valores a receber, descritos como seguem:

3.3.1 - Contribuições do Mês

São os valores relativos às contribuições dos participantes associados ao plano médico auto-sustentado NUCLEOS-SAÚDE no valor de R\$ 95 (R\$ 77 em 2004).

3.3.2 - Utilizações Futuras

Representam os outros valores a receber do Programa Assistencial, como o NUCLEOS-SAÚDE II, equivalente a R\$ 125 (R\$ 104 em 2004).

3.4 - Realizável Administrativo

São registrados no realizável administrativo os valores a receber, correspondendo às despesas futuras, que consolidam os adiantamentos a empregados, a fornecedores e ao saldo do almoxarifado, assim como outros realizáveis, que representam os valores a receber dos empregados, relativos a vales-transporte, vales-refeição, assistência médica, convênios, débitos de patrocinadoras - valores a ressarcir, correspondendo a R\$ 705 (R\$ 521 em 2004).

3.5 - Realizável de Investimentos

Composição da Carteira de Investimentos

Em 31 de dezembro 2005, o NUCLEOS apresentava a seguinte composição de sua carteira de investimentos:

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERC. ATUAL	EXERC. ANTERIOR
RENDA FIXA	436.430	382.057
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	4.485	4.473
Aplicações em Instituições Financeiras	325.986	318.936
Títulos de Empresas	105.959	58.648
RENDA VARIÁVEL	42.199	44.043
Mercado de Ações	23	29
Fundos de Investimentos	25.899	28.688
Outros Investimentos em Renda Variável	16.277	15.326
Fundos de Investimentos em Participações	16.277	15.326
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	27.986	22.807
Edificações	21.442	16.185
Participações	5.908	5.949
Fundos de Investimentos	636	673
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	13.731	11.962
Empréstimos	13.731	11.962
OUTROS REALIZÁVEIS	76	576
Outros	76	576
TOTAL DO REALIZ. DO PROG. DE INVESTIMENTOS	520.422	461.445

3.5.1 - Títulos de Renda Fixa

Conforme estabelecido nas Circulares do Banco Central do Brasil, nº 3.068, de 07 de novembro de 2001; nº 3.086, de 15 de fevereiro de 2002; nº 3.096, de 06 de março de 2002; nº 3.123, de 29 de maio de 2002 e Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, os títulos de renda fixa foram classificados como:

Títulos Mantidos até o Vencimento

Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2005, tendo sido classificados nesta modalidade: as Debêntures, as Letras Financeiras do Tesouro – LFT-B, de emissão do Tesouro Nacional, e as Notas Promissórias de Distribuição Pública.

No quadro a seguir estão demonstrados os títulos, por modalidade e por categoria de avaliação, conforme determina a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002.

O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento foi apurado com base em dados de negociação divulgados pela ANDIMA.

TÍTULOS	QUANT.	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR MERCADO (R\$ MIL)	CORREÇÃO	VENCIMENTO
LETRAS FINAN.DO TESOIRO	2.688	4.484			
LFTB	2.688	4.484	ND	SELIC	15/01/2006 a 15/02/2011
CTEE - CERT.A TER. E ELETR.	8.640	4.980			
Cesp	480	229	ND	CDI+2%	01/06/2006
Cesp	480	229	ND	CDI+2%	01/07/2006
Cesp	480	228	ND	CDI+2%	01/08/2006
Cesp	480	228	ND	CDI+2%	01/09/2006
Cesp	480	228	ND	CDI+2%	01/10/2006
Cesp	480	228	ND	CDI+2%	01/11/2006
Cesp	480	228	ND	CDI+2%	01/12/2006
Cesp	480	228	ND	CDI+2%	01/01/2007
Cesp	480	228	ND	CDI+2%	01/02/2007
Cesp	480	228	ND	CDI+2%	01/03/2007
Cesp	480	228	ND	CDI+2%	01/04/2007
Cesp	480	228	ND	CDI+2%	01/05/2007
Cesp	480	227	ND	CDI+2%	01/06/2007
Cesp	480	227	ND	CDI+2%	01/07/2007
Cesp	480	227	ND	CDI+2%	01/08/2007
Cesp	480	227	ND	CDI+2%	01/09/2007
Cesp	480	227	ND	CDI+2%	01/10/2007
Cesp	480	227	ND	CDI+2%	01/11/2007
DEBÊNTURES	53.527	97.222	97.222		
Cesp	1.128	19.335	19.335	CDI+2%	01/09/2007
BGPARI	4.200	8.798	8.798	IGP-M+12,68%	07/10/2011
Triunfo	6.670	15.394	15.394	IGP-M+12%	08/01/2013
Ultra	22.070	24.111	24.111	IGP-M+12,68%	09/01/2012
Hercules	250	819	819	IGP-M+8% aa	15/06/2008
Zvi	450	1.053	1.053	IGP-M+8% aa	15/06/2008
Cipis	254	0	0	IGP-M+241% aa	01/09/2031
Marcop	37	0	0	IGP-M+99% aa	01/07/2031
SNST	2.400	4.696	4.696	IGP-M+10% aa	01/08/2011
Vigor	100	4.627	4.627	CDI+10%	01/04/2007
SBSP	3.650	4.259	4.259	IGPM-C	01/09/2009
Unit	5.000	4.811	4.811	IGP-M	08/12/2009
CNCP	3.200	3.613	3.613	IGP-M	01/04/2010
ECNT	2.435	3.075	3.075	IGP-M	01/04/2009
TEXRENAU	1.500	1.574	1.574	IGPM-C	01/09/2010
CEMG	85	1.089	1.089	IGP-M	02/06/2014
NOTAS PROMIS.DE DISTRIB.PUBL.	8	4.638	4.638		
NPDP - LECO	8	4.638	4.638	CDI+10%	24/03/2006
Total	64.863	119.444			

ND = Não disponível

Os ágios e deságios ocorridos na aquisição dos títulos foram corrigidos e apropriados ao resultado "pro rata" dia.

Para atendimento ao que estabelece o artigo 9º da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, o NUCLEOS declara que tem capacidade financeira para cumprir com seus compromissos de curto e médio prazos, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nesta categoria.

Títulos para Negociação

Nos títulos para negociação, foram classificados todos os que integram os Fundos de Investimentos, que são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das despesas diretas incorridas e ajustados ao valor de mercado com base na variação média diária.

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERC. ATUAL	EXERC. ANTERIOR
FIC	325.986	283.893
FAC	0	35.043
TOTAL	325.986	318.936

3.5.2 - Títulos de Renda Variável

Mercado à Vista

As ações negociadas em bolsa de valores são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas de despesas diretas de corretagem e outras taxas e ajustadas ao valor de mercado, com base na cotação média das ações no último dia de negociação na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

A variação verificada na comparação entre o custo contábil e o valor de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

Os dividendos e juros sobre capital próprio, oriundos das aplicações em ações, são reconhecidos no resultado por regime de competência.

Fundos de Investimentos

Representados por recursos aplicados em fundos de ações, cujo critério de atualização é a valorização pela quota do último dia útil do mês. (vide quadro da nota 3.5)

Outros Investimentos de Renda Variável

Representam aplicações efetuadas em fundos de investimentos em participações, cujo critério de atualização é a valorização pela quota do último dia útil do mês. (vide quadro da nota 3.5)

3.5.3 - Custódia dos Títulos

Os títulos de renda fixa e renda variável que constam da carteira do NUCLEOS estão custodiados no HSBC desde de janeiro de 2004, banco contratado para ser o custodiante/liquidante, a fim de atender à Resolução CMN nº 3.121, de 25 de setembro de 2003 e suas alterações.

3.5.4 - Investimentos Imobiliários

3.5.4.1 - Edificações

Registra os investimentos efetuados na carteira imobiliária, sendo deduzidos da depreciação (exceto terrenos), que é calculada pelo método linear pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação. (vide nota 3.5.5.)

3.5.4.2 - Participações - Shoppings Centers

São representados pelos investimentos realizados no Shopping Light R\$ 1.825 (R\$ 1.949 em 2004) e no Shopping Santana R\$ 4.083 (R\$ 4.000 em 2004), ambos localizados na cidade de São Paulo, pelos valores já reavaliados.

Shopping Light

O NUCLEOS é detentor de 15% de participação no empreendimento, cujo custo de aquisição foi R\$ 8.532 em 1998. No exercício de 2002, o investimento foi reavaliado em R\$ 2.250 e, no exercício de 2005, foi reavaliado em R\$ 1.825, acumulando uma perda, entre a data de aquisição e a data da última reavaliação, de R\$ 6.707.

A diretoria do NUCLEOS apresentou relatório de avaliação econômica do empreendimento e está analisando, em conjunto com o Conselho Deliberativo, a viabilidade de manutenção do mesmo.

Shopping Santana

A participação do NUCLEOS no empreendimento foi de R\$ 8.050, equivalente a 16% da área bruta locável, adquirida em dezembro de 1998. No exercício de 2002, este valor foi ajustado contabilmente para R\$ 4.000 e, no exercício de 2005, foi reavaliado em R\$ 4.083, acumulando uma perda, entre a data de aquisição e a data da última reavaliação, de R\$ 3.967.

A data de inauguração prevista, inicialmente, era 30/04/2000. Todavia, as obras permaneceram paralisadas, devido à frágil capacidade financeira do empreendedor responsável pela construção. Em virtude da não conclusão da obra na data prevista e da garantia dada pelo empreendedor de rentabilizar o investimento em, no mínimo, 11% a.a., o Instituto entrou com ação judicial visando ao cumprimento da cláusula contratual referente à garantia mínima de rentabilidade.

Em junho de 2005 o NUCLEOS fechou acordo com os empreendedores elevando sua participação no empreendimento de 16% para 18% da área bruta locável, em troca da quitação e extinção do objeto da ação proposta pelo Instituto.

Com tal acordo, o NUCLEOS passou a deter uma participação efetiva de 16,1699% da totalidade do empreendimento, incluindo terreno, construção, benfeitorias e receitas de operação do shopping. O projeto atualmente conta com a parceria exclusiva do Grupo Internacional Shopping Guarulhos, empresa com tradição no segmento, que prevê a inauguração do empreendimento em maio de 2007.

3.5.5 - Reavaliação do Investimento Imobiliário

A carteira imobiliária do NUCLEOS foi reavaliada em dezembro de 2005. O resultado foi uma

variação positiva de R\$ 5.301.

Conforme determinação das Resoluções nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, do CMN e suas alterações, e CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, a referida carteira deve ser reavaliada pelo menos a cada três anos. A última reavaliação ocorreu em dezembro de 2002 e a próxima deverá ocorrer até dezembro de 2008.

Os laudos de reavaliação das edificações foram emitidos em 08 de dezembro de 2005 pela empresa Predictor, cujos peritos são Zelinda Resende Morales (CREA RJ 036639/D) e Juan Carlos M.Tordoya (CREA RJ 016655/D).

Os laudos de reavaliação das participações foram emitidos em 30 de novembro de 2005 pela empresa Avalitec, cujos peritos são Domingos Luis Di Stefano (CREA 0601384791) e Gilberto Kenji Miyagi (CREA 0400320601).

A amortização (shopping centers) média foi 2,14%, variando de 2,00% a 2,27%. A depreciação (demais imóveis) média foi 3,71%, variando de 3,33% a 4,17%, percentuais dentro dos padrões de mercado.

MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DA CARTEIRA - 2005

(Valores em R\$ mil)

	2004	Variações 2005*	Benefitorias	Reavaliação	31/12/2005
Terrenos	-	-		-	-
Uso próprio	859	(23)	6	159	1.001
Locados a patrocinadora	5.956	(25)		882	6.813
Locados a terceiros	9.198	(135)		4.346	13.409
Participações	5.949	(48)	92	(86)	5.907
Fundo Imobiliário	673	(37)			636
Total	22.635	(268)	98	5.301	27.766
Contas a receber					
Aluguéis	172	48			220
Quotas (Shopping)	0				0
Direitos (Bens alienados) - custo	0				0
Direitos (Bens alienados) - juros	0				0
Total Contas Receber	172	48	0	0	220
Total geral imóveis	22.807	(220)	98	5.301	27.986

* As variações correspondem à depreciação e amortização dos imóveis, aluguéis a receber e à variação negativa do fundo.

3.5.6 - Fundos de Investimentos Imobiliários

Fundo Imobiliário C&D Estação Plaza Show

O montante investido originalmente no Fundo foi de R\$ 6.228, em 1997. No exercício de 2001, por ocasião de reavaliação do empreendimento, teve seu valor reduzido para R\$ 859. O valor registrado em 31 de dezembro de 2005 é R\$ 636 (R\$ 673 em 2004), acumulando, desde a data de aquisição, uma perda de R\$ 5.592.

Em 26 de abril de 2002, o Instituto ingressou com ação na Justiça Federal no intuito de desfazer o negócio, com o conseqüente ressarcimento do valor originalmente aplicado, devidamente atualizado. O processo encontra-se ainda em fase inicial, tendo em vista que a ação foi protocolizada na Comarca do Rio de Janeiro e houve uma decisão declinando a competência para a Comarca de Curitiba. O Instituto ingressou ainda com recurso e o cumprimento da decisão está suspenso até julgamento do agravo. Até a presente data os autos do recurso se encontram com a relatora, Desembargadora Federal Julieta Lunz, no Tribunal Regional Federal da 2ª região.

3.5.7 - Operações com Participantes

Registra o montante dos empréstimos simples concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, com cláusula de atualização monetária pelo índice utilizado na determinação do "mínimo atuarial" (rentabilidade mínima dos ativos do Instituto), INPC acrescido de 6% ao ano, para os contratos assinados a partir de janeiro de 2002, conforme determinam os dispositivos da Resolução nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, e, com cláusula de atualização monetária pelo índice atribuído às cadernetas de poupança, com renda mensal, para os contratos assinados até dezembro de 2001.

De acordo com o artigo 42 do Regulamento anexo à Resolução citada, os limites para o Segmento Empréstimo e Financiamento a Participantes são de 15% pela Resolução CMN nº 3.121/2003 e suas alterações, em relação ao total dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro 2005 o referido percentual corresponde a 2,64% (2,59% em 2004).

3.5.8 - Outros Realizáveis

Correspondem aos valores relativos ao laudo técnico de revisão de bases de cálculos de imposto de renda, apurados pela MARTINELLI ADVOCACIA EMPRESARIAL SOCIEDADE DE ADVOGADOS, referente ao Regime Especial de Tributação – RET, que está sendo utilizado para compensação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, cujo saldo em 31 de dezembro de 2005 é R\$ 76 (R\$ 576 em 2004).

3.6 - Permanente

Registra os valores relativos aos bens destinados a dar suporte ao funcionamento do NUCLEOS na administração dos seus objetivos. Compreendido pelos bens do Imobilizado, que apresentam-se devidamente depreciados pelo método linear, a taxas relacionadas à vida útil-econômica fixadas para a espécie de bem, de acordo com a Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, e pelo Diferido que refere-se a gastos com software, amortizados à taxa de 20% ao ano.

PERMANENTE	EXERC. ANTERIOR	DEPREC./AMORTIZ	ENTRADAS	SAÍDAS	EXERC. ATUAL
IMOBILIZADO	281	(72)	52	(1)	260
Móveis e Utensílios	78	(9)	1	0	70
Máquinas e Equipamentos	203	(63)	51	(1)	190
DIFERIDO	149	(47)	0	0	102
TOTAL DO PERMANENTE	430	(119)	52	(1)	362

3.7 - Contingências

3.7.1 - Passivas

No encerramento do exercício de 2005 foram registradas provisões em relação a processos cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos advogados do Instituto.

No Programa Previdencial registrou-se R\$ 85, decorrentes de causas relativas à revisão de benefícios de suplementação.

No Programa Administrativo registrou-se R\$ 162, relativos a processos de natureza trabalhista.

No Programa de Investimentos foram mantidas as provisões e respectivos depósitos judiciais, já registrados nos exercícios de 2003 e 2004, no valor de R\$ 1.138, relacionados aos processos inerentes à Medida Cautelar nº 348 - 5ª Vara de Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro, onde o NUCLEOS pleiteia sua imunidade tributária para o IPTU dos imóveis constantes da sua carteira.

3.7.2 - Ativas

O Instituto possui duas contingências ativas, não provisionadas, relativas a ações contra ex-dirigentes, e contra a União e o BACEN.

3.7.2.1 - Ações Contra Ex-Dirigentes

Com a determinação do Conselho Deliberativo pela contratação de uma empresa especializada para realização de auditoria nas operações de investimentos em títulos públicos federais e debêntures, de propriedade do Instituto, adquiridos pela Diretoria Executiva anterior, na gestão de janeiro de 2003 a agosto de 2005, constatou-se, pelos resultados apresentados, uma perda estimada de até R\$ 25.696 (R\$ 22.728 em títulos públicos e R\$ 2.968 em debêntures).

Visando recuperar os prejuízos causados, o NUCLEOS inicialmente ajuizou medida cautelar inominada (proc. Nº 2005. 51. 01. 124956-0) com os seguintes objetivos: a) indisponibilidade de bens; b) constituição antecipada de provas, e c) impedimento de intervenção no Instituto. Esta medida visou garantir o objeto da conseqüente ação indenizatória contra os ex-dirigentes e a ex-gerente financeira (proc. Nº 2006.51.01.000.423-1), na 22ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro.

3.7.2.2 - Ação Contra União e BACEN

No exercício de 2005 o Instituto obteve êxito na ação contra a União e o Banco Central, num processo cujo objeto foi a correção monetária plena dos cruzados novos (Plano Verão), transitado em julgado (sem direito à interposição de recurso). Neste mesmo exercício foi iniciada a execução do citado processo, estimado em aproximadamente R\$ 8.000.

3.8 - Provisões Matemáticas

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos assumidos pelo NUCLEOS em relação a seus participantes e o valor atual de receitas futuras previstas para cobertura daqueles compromissos, calculadas de forma recorrente, com base em informações relativas a abril de 2005, pela STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., conforme correspondência nº STEA: - 2a. DT./97/2006/123, de 16 de janeiro de 2006.

3.8.1 - Provisões Matemáticas a Constituir

Destinadas à cobertura de compromissos previdenciários apurados na data de implantação do plano.

Tais compromissos refletem a anormalidade da distribuição etário-salarial, caracterizada pela alta frequência de grupos envelhecidos existentes à época da criação do NUCLEOS, com o respectivo custo atribuído exclusivamente às empresas patrocinadoras, pelo retardamento na criação do plano e a conseqüente falta de contribuição relativa aos serviços anteriores.

Assim, a Provisão Matemática a Constituir representa a segregação dos compromissos de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras, para cobertura dos encargos relativos aos tempos de serviços anteriores da geração atual.

Abaixo, quadro indicando o comportamento dessas provisões:

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PROVISÕES MATEMÁTICAS	633.508	561.168
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	160.531	143.280
Benefícios do Plano	160.531	143.280
BENEFÍCIOS A CONCEDER	553.329	499.326
Benefícios do Plano com a Geração Atual	600.354	530.567
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(47.025)	(31.241)
Benefícios do Plano com as Gerações Futuras	0	0
(-) Outras Contribuições das Gerações Futuras	0	0
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(80.352)	(81.438)
(-) Serviço Passado	(80.352)	(81.438)

Da análise do quadro anterior verifica-se um crescimento de aproximadamente 13% para o total das Provisões Matemáticas. Este crescimento reflete a natural alteração dos parâmetros etários e salariais da massa de participantes, combinada com as mudanças nas premissas e hipóteses atuariais. (vide nota 3.8.2)

3.8.2 - Mudanças de Premissas e Hipóteses Atuariais

Em relação ao ano de 2004, na avaliação atuarial de 2005 foram modificadas algumas premissas, mais especificamente quanto à tábua de mortalidade de válidos, à perspectiva de crescimento real de salários e ao índice de inflação. Além disso, a avaliação leva em consideração o Fator Previdenciário, fator adotado pelo INSS que, ao reduzir o benefício básico daquele Instituto, tem como conseqüência direta o aumento no valor dos benefícios que o NUCLEOS concederá aos participantes que venham a se aposentar no futuro.

Em atendimento à Resolução CGPC nº 11, de 21 de agosto de 2002, e ao disposto no § 2º do Art. 18 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o Instituto adotou a substituição gradativa,

em cinco anos, da Tábua de Mortalidade GAM-71 para AT-2000, segregada por sexo, sendo esta última mais conservadora, tendo em vista o aumento da expectativa de vida.

Adicionalmente, o Instituto reduziu o crescimento real no salário para 2,74% (3,00% em 2004), cujo ganho atuarial contribuiu para a amortização da perda decorrente da alteração na tábua de mortalidade.

Estas mudanças visam adequar as premissas atuariais de forma a representar com o maior rigor possível os compromissos do Instituto junto aos seus participantes, não obstante o atendimento aos princípios da prudência e do conservadorismo.

3.9 - Resultado Acumulado

No exercício de 2005 o Instituto apurou um déficit técnico acumulado de R\$ 191.576 (R\$ 164.728 em 2004).

(Valores em R\$ mil)

RESULTADOS REALIZADOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Superávit Técnico/(Déficit Técnico)	(191.576)	(164.728)
Até o exercício anterior	(164.728)	(76.911)
No exercício atual	(26.848)	(87.817)

Apresentamos a seguir a composição do Resultado Realizado:

(Valores em R\$ mil)

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO REALIZADO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Resultado positivo (negativo) do Programa Previdencial	7.200	6.752
Resultado positivo do Programa de Investimentos	50.801	26.518
Custeio Administrativo	(2.378)	(2.171)
Saldo Disponível para Constituição	55.623	31.099
Constituição/Reversão de Contingências	(85)	0
Constituição/Reversão de Provisões Atuariais	(72.340)	(109.549)
Formação/Reversão de Fundos Previdenciais	(10.046)	(9.367)
Superávit Técnico/(Déficit Técnico)	(26.848)	(87.817)

Conforme apresentado nos quadros anteriores, apesar do crescimento da rentabilidade dos ativos e menor impacto das constituições de provisões matemáticas e do fundo de oscilação de risco, o Instituto apresentou uma nova constituição de déficit de R\$ 26.848 (R\$ 87.817 em 2004) no exercício de 2005.

No resultado acumulado, o patrimônio líquido do Instituto continua pressionado pelas constituições e atualizações das provisões para perdas relativas às contribuições em atraso não contratadas e aos contratos de confissão de dívida das patrocinadoras INB e NUCLEP, no montante de R\$ 274.147 (R\$ 222.771 em 2004) (vide notas 3.2.1 a 3.2.4).

3.10 - Fundo Previdencial (Oscilação de Risco)

Este fundo foi constituído para cobertura de eventuais oscilações de riscos. É atualizado monetariamente pela variação do mínimo atuarial (INPC + 6% aa), conforme correspondência nº STEA: – 2a. DT./97/2006/123, de 16 de janeiro de 2006.

No exercício de 2005, comparativamente a 2004, o fundo sofreu um incremento de 11,92%, variação 5,05% superior ao mínimo atuarial exigido para o exercício, que foi de 11,35%. Tal acréscimo, acima da meta atuarial, deveu-se à necessidade de se dar cobertura aos efeitos decorrentes da mudança ocorrida nas hipóteses atuariais biométricas.

Fundo Previdencial

Exercício Atual	Exercício Anterior
94.345	84.299

3.11 - Fundo Assistencial

Registra os valores constituídos com base no excedente verificado na apuração do resultado, com a finalidade de suprimento de eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços assistenciais.

Fundo Assistencial

Exercício Atual	Exercício Anterior
272	90

3.12 - Fundo Administrativo

Registra os valores constituídos pelo excedente verificado na apuração do resultado, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos.

Fundo Administrativo

Exercício Atual	Exercício Anterior
422	596

3.13 - Fundo de Investimento

Registra os valores relativos ao Fundo de Cobertura para Quitação de Empréstimos, constituído a partir da taxa de risco cobrada nas prestações e taxa de renovação, com a finalidade de cobrir a quitação de saldos devedores de empréstimos, por morte dos respectivos mutuários.

Fundo de Investimento	
Exercício Atual	Exercício Anterior
409	323

3.14 - Custeio Administrativo

De acordo com o Plano de Custeio Anual estabelecido na Avaliação Atuarial, o Custeio Administrativo será coberto pelo percentual de 15% das contribuições das patrocinadoras, participantes e assistidos, percentual máximo previsto pela legislação vigente (Resolução MPAS 01/78). A Secretaria de Previdência Complementar – SPC está desenvolvendo estudos para a revisão deste percentual, a fim de torná-lo mais adequado à realidade do sistema.

As despesas administrativas são apropriadas entre os programas, na proporção do comprometimento de suas respectivas atividades em relação ao custeio total, de acordo com os seguintes percentuais: Programa Previdencial 50,29% (49,36% em 2004) e Programa de Investimentos 49,71% (50,64% em 2004).

O Custeio Administrativo do Programa Previdencial totalizou R\$ 2.378 (R\$ 2.171 em 2004), representando 12,09% (12,67% em 2004) dos recursos coletados previdenciais correntes.

A administração do Programa de Investimentos totalizou R\$ 2.351 (R\$ 2.227 em 2004), representando 11,95% (13% em 2004) dos recursos coletados previdenciais correntes.

Vale salientar que o custeio inerente ao Programa de Investimentos é totalmente absorvido pelo respectivo programa e o limite citado (15%) refere-se apenas à atividade do Programa Previdencial, fato que indica o enquadramento do Instituto em relação à Resolução.

3.15 - Transferências Interprogramas

Foram realizadas de acordo com a legislação vigente (Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 10, de 05 de julho de 2002). No Programa Previdencial, o item custeio administrativo reflete o valor das importâncias transferidas para a cobertura do respectivo custo com a operacionalização de suas atividades, controladas no Programa Administrativo através de centros de custos.

As transferências do Resultado Líquido dos Investimentos para os Programas Previdencial e Administrativo são efetuadas com base no rateio do referido resultado, proporcional ao patrimônio de cada programa, com base no mês anterior.

As transferências do Programa Assistencial para o Programa Administrativo, cuja finalidade destina-se à cobertura das despesas administrativas envolvidas com a atividade assistencial (NUCLEOS SAÚDE), são efetuadas através de contas próprias. As transferências do Programa de Investimentos para o Programa Assistencial são efetuadas de acordo com os resultados obtidos com os recursos provenientes do Programa Assistencial.

3.16 - Fatos Relevantes

3.16.1 - Relatório de Auditoria de Patrocinadoras

No fim do exercício de 2004, as patrocinadoras do NUCLEOS realizaram uma auditoria interna voltada à gestão, que resultou na identificação de falhas no cumprimento da política de investimentos do Instituto, as quais afetaram negativamente o desempenho financeiro de quatro fundos de investimentos, entre outras matérias.

Dado o exposto, o Conselho Deliberativo recomendou que a atual diretoria contratasse consultoria especializada a fim de avaliar o conjunto de operações financeiras no âmbito da gestão da diretoria anterior, sobretudo no que tange às aquisições de títulos públicos federais (NTN-B e NTN-C) e debêntures.

3.16.1.1 - Aquisição de Títulos Públicos

Os títulos públicos adquiridos pelo NUCLEOS na gestão da diretoria anterior, entre os exercícios de 2004 e 2005, atingiram um volume de aproximadamente R\$ 175 milhões, marcados a vencimento em 2024, 2031 e 2045, e indexados pelo IPCA e IGP-M, sem estudos técnicos que suportassem tais operações de longo prazo.

O relatório apresentado pela consultoria contratada pelo Instituto, em 05 de novembro de 2005, apontou um prejuízo de até R\$ 22,7 milhões em função da aquisição dos papéis com valor acima da média de mercado, fato que levou o Conselho Deliberativo a deliberar pelo encaminhamento de ação judicial contra os ex-dirigentes e a ex-gerente financeira, para ressarcimento ao NUCLEOS das perdas constatadas (vide nota 3.7.2.1).

3.16.1.2 - Aquisição de Debêntures

No que tange às operações com debêntures, ocorridas entre os exercícios de 2003 e 2005, vencíveis de 2007 a 2014, o Instituto contratou duas consultorias. A primeira, cujo relatório foi emitido em 13 de janeiro de 2006, apontou que os investimentos nestes papéis tiveram custos de aquisição excedente de até R\$ 2,9 milhões.

A segunda consultoria, empresa credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, avaliou os investimentos sob a ótica da rentabilidade versus risco e concluiu em seu relatório, emitido em 16 de janeiro de 2006, que:

a) em relação ao montante, aproximadamente R\$ 116 milhões (79% do total investido neste segmento), não apresentam retornos compatíveis com o risco;

b) das dezesseis debêntures analisadas, doze (75%) não apresentam retorno compatível com o risco;

c) apenas três debêntures (CESP, ULBRA e TRIUNFO) representam aproximadamente 51% do total investido neste segmento, constatando-se que em todas os retornos são insuficientes para o nível de risco dos papéis.

3.16.1.3 - Precificação de Ativos

Em virtude da aquisição dos títulos públicos e debêntures com vencimentos até 2045, marcados na curva e sem nenhum estudo técnico que garantisse o equilíbrio financeiro do Instituto até a realização total destes ativos, caso fosse necessário o resgate ou alienação dos mesmos antes dos respectivos vencimentos, o NUCLEOS teria um impacto negativo no patrimônio estimado em R\$ 33 milhões, em 31 de dezembro de 2005, conforme relatório da empresa de consultoria especializada.

Vale ressaltar que este impacto é reduzido ao longo do tempo, tendendo a zero, na medida em que o Instituto carregar os referidos títulos até as respectivas datas de vencimentos (vide nota 3.5.1).

3.16.2 - Negociação da Dívida

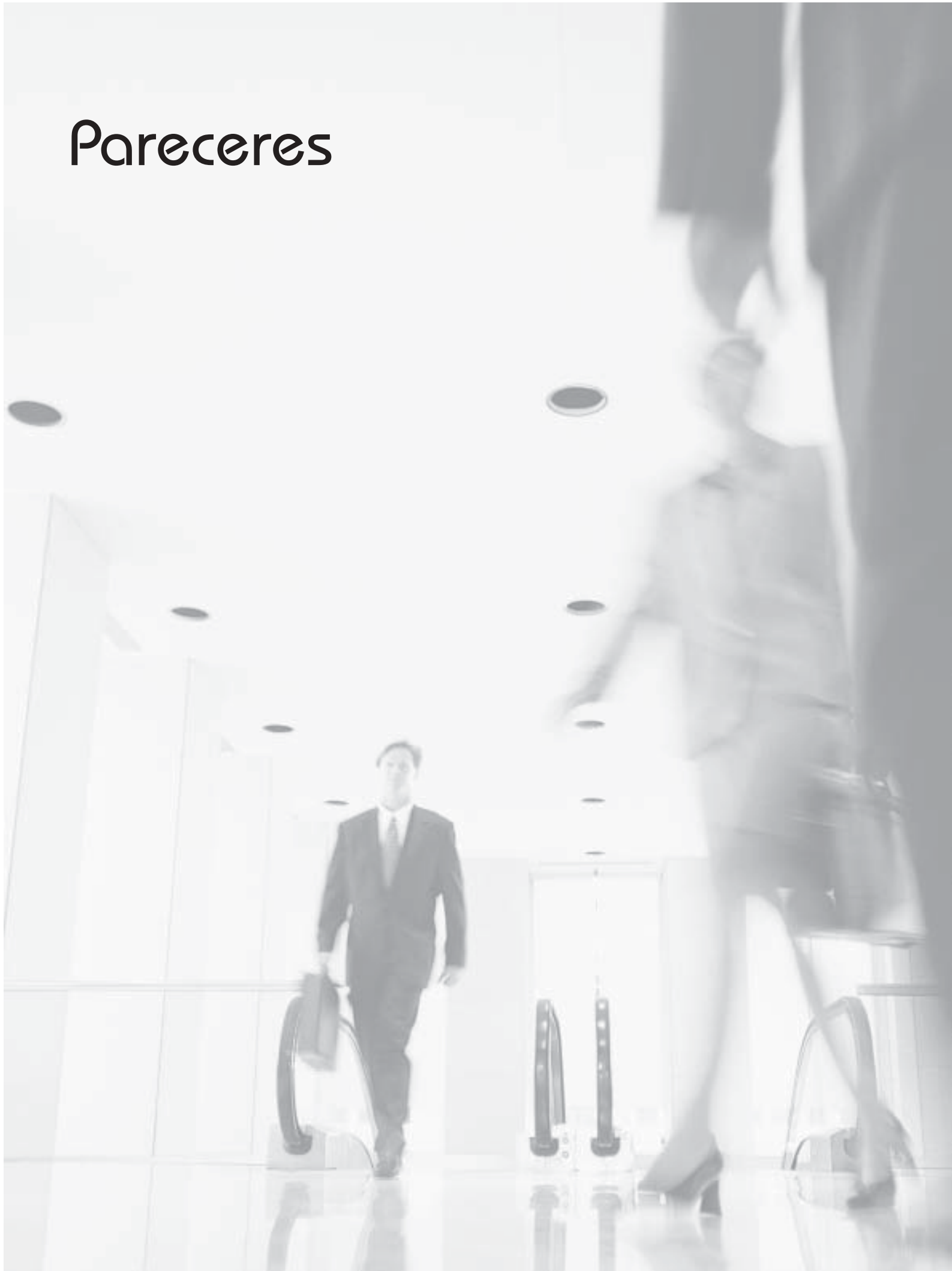
O Instituto tem concentrado esforços para o equacionamento do déficit (vide nota 3.9) através da negociação da dívida com as patrocinadoras e, por determinação do Conselho Deliberativo, com base em orientação jurídica, o Instituto tomou as seguintes medidas: a) realizou estudo atuarial para o estabelecimento do parcelamento máximo e possível das respectivas dívidas, de forma a ser uma hipótese plausível de acordo; b) restabelecimento das ações judiciais de cobrança da dívida; e c) representação junto à Secretaria de Previdência Complementar – SPC contra os respectivos dirigentes.

Neste sentido, o Instituto formalizou o processo de negociação da dívida através das correspondências PR 130/2005 e PR 131/2005, ambas de 25 de outubro de 2005.

A patrocinadora INB, através da correspondência CEPR 206/2005, de 25 de novembro de 2005, manifestou sua aceitação à proposta formulada pelo Instituto, ficando com a responsabilidade de obter as aprovações em suas instâncias administrativas e também junto aos órgãos do Governo Federal para posterior homologação em juízo.

A patrocinadora NUCLEP, através da correspondência de nº P-10/2006, em resposta à carta PR 131/2005, informou que o seu Conselho de Administração deliberou a contratação de uma empresa para realizar auditoria nos valores e que, após a conclusão deste trabalho, a patrocinadora aprofundará a discussão acerca da dívida.

Pareceres





Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2006.

STEA:- 170A/2006/123

Ilmo. Sr.
Dr. Marcos da Rocha Elias
M.D. Presidente do NUCLEOS

Ref.:- Parecer Atuarial sobre o Balanço de 31/12/2005

Prezado Senhor,

As *Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos*, atualizadas mensalmente pelas informações cadastrais da massa assistida, montam a 160.531 (em milhares de reais), registrando-se os valores atuais dos seguintes fluxos:

1.1:- Benefícios do Plano	160.531
1.2:- Contribuições dos Patrocinadores sobre Benefícios	(0)
1.3:- Outras Contribuições da Geração Atual	(0)

2:- As *Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder* estão avaliadas em 553.329 milhares de reais, pelo método recorrente, a partir dos levantamentos de 30/04/2005, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio vigente e com base nos valores atuais dos seguintes fluxos:

2.1:- Benefícios do Plano	
2.1.1:- Geração Atual	600.354
2.1.2:- Gerações Futuras	0
2.2:- Contribuições dos Patrocinadores sobre Benefícios:	
2.2.1:- Geração Atual	(0)
2.2.2:- Gerações Futuras	(0)
2.3:- Outras Contribuições:	
2.3.1:- Geração Atual	(47.025)
2.3.2:- Gerações Futuras	(0)

3:- Ainda, sob o título *Provisões Matemáticas a Constituir*, o Balanço consigna o valor em milhares de reais, (80.352).

4:- Enfim, para maior garantia dos compromissos da entidade, foram registrados os fundos (em milhares de reais):

4.1:- no Programa Previdencial	94.345
4.2:- no Programa Administrativo	422
4.3:- no Programa Assistencial	272
4.4:- no Programa de Investimentos	409



STEA - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ESTATÍSTICA E ATUÁRIA, LTDA.
Av Rio Branco, 185 - Grupo 412 - CEP 20.040-007 - RIO DE JANEIRO - RJ
PABX (021) 2533-2167 - Tel: (021) 2240-2808 - Fax (021) 2262-0639 - E-mail: stea@stea.com.br



FLS: 2

5:- Depreende-se do Balanço que, no encerramento, as obrigações do Passivo superam o total dos bens do Ativo, revelando, assim, o *Déficit Técnico* no valor de 191.576 (em milhares de reais).

6:- Todavia, cumpre assinalar que o déficit decorre do acolhimento de premissas conservadoras em relação às adotadas na Avaliação Atuarial de 2004 e, fundamentalmente, da contabilização da *Previsão Referente aos Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa*, no valor de 274.147 (em milhares de reais).

Não fossem tais registros, teria sido constatado o superávit de 82.571 (em milhares de reais).

Sendo o que, no momento, se nos oferece, renovamos a V.Sa. protestos de estima e consideração.


Rosângela Cristina Souza da Costa
MIBA 890


Antonio Carlos Pereira Cabral
CONRE-RJ 6282
MIBA 1119


Serv. Téc. de Estatística e Atuária STEA Ltda.
CIBA Nº 01

MT/.





PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Diretores do
Núcleos - Instituto de Seguridade Social

1. Examinamos o balanço patrimonial do Núcleos - Instituto de Seguridade Social, em 31 de dezembro de 2005 e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. A determinação da composição do exigível atuarial foi conduzida sob a responsabilidade do consultor atuarial externo à entidade, e a nossa opinião, no que se refere à adequação dos cálculos atuariais, está baseada exclusivamente no parecer desse consultor.
2. Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer do atuário quanto à adequação dos cálculos atuariais (exigível atuarial), as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Núcleos - Instituto de Seguridade Social, em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações e o fluxo financeiro, referentes ao exercício findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota 3.2.4, o instituto registrou provisão de liquidação duvidosa de R\$ 274.147 mil (R\$ 222.771 mil em 2004) sobre recebíveis de seus patrocinadores. O equilíbrio financeiro do instituto a longo prazo dependerá do desfecho das ações judiciais descritas na nota 3.2.5, que visam a realização do referido montante.
5. Conforme mencionado na nota 3.7.2.1, a atual diretoria ajuizou ação judicial contra os administradores da gestão de janeiro de 2003 a agosto de 2005, visando recuperar prejuízos causados à NUCLEOS na aquisição de investimentos em títulos públicos federais e debêntures, em montante estimado em R\$ 25.696 mil, segundo apurado em trabalho realizado por empresa especializada.



6. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 18 de fevereiro de 2005, contendo ênfase sobre o assunto mencionado no parágrafo 4 e sobre a incerteza de realização de investimentos em debêntures e em certificados de energia elétrica da Companhia Energética de São Paulo – CESP, no montante de R\$ 15.756 mil e R\$ 3.276 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2004, baseados em relatório de revisão especial de outros auditores independentes no qual era questionada a continuidade operacional daquela companhia. Segundo a administração do NUCLEOS, a situação permanece inalterada em relação aos saldos das debêntures (R\$ 19.335 mil) e dos certificados de energia elétrica (R\$ 4.100 mil) em 31 de dezembro de 2005.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2006.

Auditasse Auditores Independentes S/S
CRC- RJ n° 237


Jorge Domingues
Contador CRC-RJ n° 020.628-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de acordo com o previsto no capítulo XI, artigo 52 do estatuto do Nucleos – Instituto de Seguridade Social, reunido nesta data em sua sede situada na rua Rodrigo Silva, nº 26 – 15º andar, na cidade do Rio de Janeiro, procedeu à análise do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Resultado e do Fluxo Financeiro, da composição do Passivo Atuarial, das Notas Explicativas, bem como dos pareceres dos auditores independentes - Auditasse - Auditores Independentes S/S e do atuário STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., referente ao exercício findo em 31/12/2005, bem como os relatórios da KPMG Transaction and Forensic Services.

Reiteramos que de acordo com os relatórios da auditoria da empresa KPMG Transaction and Forensic Services, contratada para verificar as aquisições de títulos públicos negociados no mercado secundário e as operações de compra de debêntures e certificados a termo de energia elétrica, ocorridas nos anos de 2003 a 2005, tendo sido mantidos esses itens na carteira e dos fundos do NUCLEOS, considerando as hipóteses e cenários mencionados nos citados relatórios, o NUCLEOS incorreu no pagamento de títulos acima do valor médio e mínimo do mercado, o que resultou em um prejuízo, no ato da aquisição.

Baseado na documentação que nos foi encaminhada e nas análises procedidas por Auditasse Auditores Independentes S/S e KPMG, e sujeita ao resultado futuro da realização da situação citada no parágrafo anterior, o Conselho Fiscal é de opinião que as peças examinadas traduzem de modo adequado a situação contábil e financeira do NUCLEOS.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2006.


Judson Willian Monteiro de Souza
Presidente do Conselho Fiscal


Clezio dos Santos Oliveira
Conselheiro


Jair Nunes Almas
Conselheiro

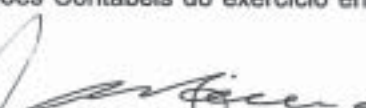

Mônica Regina da Costa Fernandes
Conselheira

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Baseado na análise procedida nos relatórios da auditoria das patrocinadoras e da KPMG – Transaction and Forensic Services, os últimos por iniciativa do Conselho Deliberativo, no curso de 2005, especialmente quanto aos problemas verificados com a aquisição de títulos públicos federais de longo prazo, debêntures e outras aplicações financeiras, que também se reportam aos exercícios de 2003 e 2004, tendo assim ensejado, por decisão do Conselho Deliberativo todas as medidas legais cabíveis, quais sejam: ação de ressarcimento perante a Justiça Federal contra os ex-dirigentes e notícia de crime junto ao Ministério Público Federal sobre os fatos constatados, e ainda, pautado nos Pareceres do Auditor Independente, do Atuário e do Conselho Fiscal, é de parecer que as Demonstrações Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações do Fluxo Financeiro, Composição do Passivo Atuarial e nas Notas Explicativas representam contabilmente a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS em 31 de dezembro de 2005.

Em função da descoberta das irregularidades apontadas nos referidos relatórios relativas aos exercícios de 2003 e 2004 com influência em parte do exercício de 2005, ficam, pelo presente parecer, consignadas as ressalvas em relação às demonstrações contábeis dos exercícios de 2003 e 2004, aprovadas pelo Conselho Deliberativo à época.


Assim, o Conselho Deliberativo do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, em sua 126ª reunião ordinária, realizada em 08 de março de 2006, consoante o previsto no Capítulo VIII, art. 35, do Estatuto do NUCLEOS, examinou e aprovou por unanimidade as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.



Norman Victor Walter Hime
Presidente do Conselho




Neildo de Souza Jorge
Conselheiro Titular



Martinho Duarte Filho
Conselheiro Titular



Paulo Roberto Ribeiro Barbosa
Conselheiro Titular



André Luiz Fernandes de Almeida
Conselheiro Titular



Marcio Ferraz
Conselheiro Titular

Demonstração por Plano



**DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIO DE NATUREZA PREVIDENCIAL
PLANO ÚNICO**

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

ATIVO	EXERCÍCIO		PASSIVO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR		ATUAL	ANTERIOR
DISPONÍVEL	213.538,89	108.340,26	CONTAS A PAGAR	1.421.276,33	832.781,40
CONTAS A RECEBER	18.434.855,80	29.890.723,62	CONTINGENCIAL	247.285,42	3.681,34
APLICAÇÕES	819.767.119,72	461.358.881,22	COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	633.888.933,00	561.187.815,00
RENTA FIXA	435.775.114,52	361.967.339,00	FUNDOS	95.175.478,21	95.217.941,06
RENTA VARIÁVEL	42.198.721,73	44.332.414,90	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(191.575.495,61)	(164.727.790,10)
IMÓVEIS	27.985.483,83	22.807.357,44	Resultados Realizados	(191.575.495,61)	(164.727.790,10)
EMPRÉSTIMOS FINANCIAMENTOS	13.731.347,85	11.961.764,52	(-) Déficit Técnico Acumulado	(191.575.495,61)	(164.727.790,10)
OUTRAS	76.451,81	578.236,86			
BENS DE USO PRÓPRIO	362.082,88	428.985,52			
TOTAL DO ATIVO	936.777.987,39	492.484.110,82	TOTAL DO PASSIVO	936.777.987,39	492.484.110,82

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR
(+) CONTRIBUIÇÕES (1)	73.374.493,48	99.815.408,29
(-) BENEFÍCIOS (2)	(86.174.162,18)	(82.262.954,56)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	98.891.804,31	28.518.061,47
(+) RECURSOS LÍQUIDOS	96.991.815,68	33.270.516,28
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(2.378.488,91)	(2.171.188,74)
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CONTINGÊNCIAS	(85.544,06)	0,00
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(72.340.238,88)	(108.948.877,90)
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(10.945.383,68)	(6.367.688,89)
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(26.887.687,43)	(87.817.236,48)

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

RENTABILIDADE TOTAL DO PLANO = 18,23%

RENTA FIXA- EM 2005, RENDEU 12,18%. O CDI E O MÍNIMO ATUALIZAL FORAM 16,80% E 11,35%, RESPECTIVAMENTE.

RENTA VARIÁVEL -APRESENTOU UMA RENTABILIDADE NEGATIVA DE 1,52% EM 2005. O INVESTIMENTO REGISTROU UMA ALTA DE 27,06%.

INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO- PARTICIPOU COM UMA RENTABILIDADE DE 11,88%.

CUJA CARTERA FOI REAVALIADA EM 2005.

EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES- APRESENTOU UMA RENTABILIDADE DE 930,2000

EQUIVALENTE A 25,50% PARA AQUELES INDEXADOS PELA TPL E 14,43% PARA OS INDEXADOS PELO IPC.

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

O CUSTEIO ADMINISTRATIVO DE 2005 REPRESENTOU OS PORCENTUAS A SEGUIR EM RELAÇÃO AS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS: 12,89%(12,87% EM 2004) RELATIVOS AO PROGRAMA PREVIDENCIAL, E 11,06% (13% EM 2004) RELATIVOS AO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS.

	EM 2005	EM 2004
(1) VALOR COMPOSTO COMO SEGUIR:		
CONTRIBUIÇÕES	R\$ 73.374.493,48	R\$ 17.136.264,89
REMUNERAÇÃO DAS CONTRIB. EM ATRASO	R\$ 17.196.864,17	R\$ 14.383.361,82
REMUNERAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	R\$ 26.990.817,37	R\$ 27.480.583,22
TOTAL	R\$ 117.562.175,02	R\$ 59.000.210,93
(2) VALOR COMPOSTO COMO SEGUIR:		
PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	R\$ 14.775.800,20	R\$ 12.911.886,23
PROV. PARA DIRETOS A REC. DE LIQ. DUVIDOSA	R\$ 51.375.804,01	R\$ 36.361.856,47
DEVAL. CONTR. PARTIC. - INDEVIDA	R\$ 22.497,35	
TOTAL	R\$ 66.174.101,56	R\$ 49.273.742,70



Marcos da Rocha Elias
Presidente
CPF: 728.209.187-00



Luis Pereira de Freitas
Contador CRC N° RJ-034.521/O-9
CPF: 215.018.587-34



José Raphael Oliveira da Silva
Diretor Financeiro/Benefícios (Interino)
CPF: 911.801.987-00

**DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIO DE NATUREZA ASSISTENCIAL
PLANO ÚNICO**

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

ATIVO	EXERCÍCIO		PASSIVO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR		ATUAL	ANTERIOR
DISPONÍVEL	17.712,47	80.893,82	CONTAS A PAGAR	888.832,49	293.819,84
CONTAS A RECEBER	254.899,90	282.117,02	FUNDOS	271.896,49	89.942,49
APLICAÇÕES	654.735,61	89.942,48			
RENTA FIXA	654.735,61	89.942,48			
TOTAL DO ATIVO	928.538,99	342.953,33	TOTAL DO PASSIVO	928.538,99	342.953,33

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR
(+) CONTRIBUIÇÕES	2.781.821,38	1.785.727,92
(-) BENEFÍCIOS	(2.342.139,35)	(1.948.489,99)
(=) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	126.785,12	115.952,20
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	566.275,15	(58.189,78)
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(367.711,15)	(484.887,76)
(=) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	181.564,00	(464.888,54)

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:
RENTA FIXA - RENDEU 11,50% EM 2005, COM O CDI E O MÍNIMO ATUARIAL,
 RENTABILIZANDO 18,00% E 11,38%, RESPECTIVAMENTE.

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:
 O CUSTEIO ADMINISTRATIVO FOI APURADO COM BASE EM RATEIO, CONFORME APROVADO
 NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2005.



Marcos da Rocha Elias
 Presidente
 CPF.: 728.209.187-00



Luis Pereira de Freitas
 Contador CRC Nº RJ-034.521/O-9
 CPF.: 215.018.587-34



José Raphael Oliveira da Silva
 Diretor Financeiro/Benefícios (Interino)
 CPF.: 911.801.987-00



(21) 2592-0827 / 2595-1855
ideias@ideiasdemais.com.br
www.ideiasdemais.com.br

Banco Real.

Fazendo mais que o possível.

Fazer mais que o possível é um compromisso e um convite.

O compromisso de unir cada vez mais os valores econômicos e sociais nas decisões de um banco.

Foi assim que inovamos com os dez dias sem juros no Realmaster, com os financiamentos socioambientais, com o programa de microcrédito para comunidades menos favorecidas, com o uso de papel reciclado em larga escala, com o Real Universitário, o concurso Talentos da Maturidade, além de muitas outras iniciativas.

Este é o caminho do desenvolvimento sustentável.

E é por isso que este compromisso é também um convite: seria uma honra ter você ao nosso lado. Pois só é possível mudar o mundo quando se faz mais. E se faz junto.